

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO ALTO
URUGUAI – CENTRO UNIVERSITÁRIO IDEAU

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
DIREITO – BACHARELADO**



Getúlio Vargas/RS/Brasil

2022

Objetivos do Curso

Por meio de sua proposta pedagógica, o Curso enseja o cumprimento dos objetivos traçados ao egresso a partir da aderência entre as Diretrizes Curriculares Nacionais e nos referenciais mínimos de qualidade para os cursos de graduação, o contexto educacional e características locais e regionais. Nesta perspectiva, e desde sua concepção, a Instituição elenca aspectos que direcionam a formação do egresso, a partir de sua concepção pedagógica, delimitando objetivos geral e específicos para o Curso.

Concepção pedagógica do Curso

O conjunto de atividades acadêmicas previstas para a integralização do Curso, bem como a distribuição ao longo dos semestres do Curso, visam a formação do profissional generalista, com sólidos conhecimentos para o exercício da profissão.

Foi concebido e adequado de forma que o aluno seja estimulado a exercer sua capacidade crítica e reflexiva, desenvolver sua capacidade de estruturar e contextualizar problemas e buscar soluções alternativas, evitando o excesso de centralização do processo de ensino no professor; “conteúdos” que seguem lógicas inapropriadas (cargas horárias excessivas e fragmentação de conteúdos) e a rigidez da “grade curricular”. Essa rigidez traz consigo, problema da adequabilidade de conteúdos e de habilidades às demandas impostas pelo ambiente acelerado de mudança do conhecimento e pelo dinamismo do mercado de trabalho, busca-se assim trabalhar uma “matriz curricular” composta de conteúdos flexíveis e passíveis de harmonização de acordo com as demandas e em concordância com as DCNs.

Surgiu a partir da crítica sobre a realidade vivenciada, quando foram formuladas propostas de superação, engajadas no momento histórico atual, levando em conta os diferentes aspectos levantados nas Diretrizes Curriculares Nacionais, com um olhar especial para as habilidades e competências da profissão.

Os componentes curriculares obrigatórios são imprescindíveis para propiciar, ao profissional em formação o lastro de conhecimentos, competências e habilidades requeridas. Os componentes curriculares optativos e atividades complementares são passíveis de escolha pelo estudante e ofertados semestralmente mediante o planejamento acadêmico, ou entre eventos e atividades independentes desse planejamento, que venham a trazer subsídios à sua formação, realizados por órgãos internos ou entidades externas à IES.

Objetivos Gerais

Desenvolver e disseminar conhecimentos, nas áreas pública e privada, que melhorem a qualidade de vida das pessoas e colaborem no desenvolvimento sócio-econômico-jurídico da Região, do Estado e do País. Manter excelência na qualidade de ensino, produção acadêmica, pesquisa e extensão de maneira a estabelecer um referencial comparável aos melhores cursos do País. Publicar o resultado de suas pesquisas e trabalhos de interesse para outras instituições, garantindo para a sociedade brasileira novos conhecimentos. Adotar mecanismos permanentes de avaliação institucional como instrumento imprescindível para alcançar seus objetivos.

Objetivos específicos

- Formar profissionais qualificados para exercerem com competência as atividades atinentes aos diversos operadores jurídicos (advogados, juízes, promotores, procuradores, defensores públicos, delegados, atividades ligadas à diplomacia, à advocacia empresarial, etc.), com visão crítica e interdisciplinar, inserida no contexto sócio-político;
- Oportunizar o desenvolvimento cultural integrando as noções de realidade de vida com a legislação positivada, visando o desenvolvimento e boa condução das comunidades, não permitindo o isolacionismo de uma determinada parcela da sociedade, enquanto o mundo caminha em passos largos para o crescimento integral e globalizado;
- Formar profissionais com uma postura culturalista e valorativa do direito, engajados nas transformações do sistema jurídico e da própria sociedade;
- Formar bacharéis em Direito capacitados para o exercício das diversas atividades da área jurídica, juristas compromissados com o ideal de justiça, com valor fundamental do Direito e com o processo de transformação da ordem sócio-política e jurídica;
- Dotar os bacharéis em Direito do conhecimento científico para diagnosticar descompassos e recomendar soluções jurídicas que permitam atender às aspirações da comunidade empresarial regional e nacional.
- Viabilizar uma resposta, a mais ampla possível, ao anseio existencial do ser humano de situar-se democraticamente no contexto social frente aos seus semelhantes e frente ao mundo;

- Possibilitar a formação de bacharéis em Direito atendendo a uma clientela da Região de inserção do Curso de Direito, compreendida por alunos concluintes do ensino médio e de diplomados em outras graduações superiores.

Perfil profissional do egresso

O Curso de Direito da IES, assim concebido, objetiva:

- Formar profissionais para exercício na área de Ciências Jurídicas, assegurando o equilíbrio das funções da sociedade, do Estado e do indivíduo, bem como as relações entre os mesmos;
- Formar profissionais qualificados para exercerem as atividades atinentes aos diversos operadores jurídicos: advogados, juízes, promotores, advocacia, procuradores, delegados, e de atividades ligadas à diplomacia, às atividades jurídicas em geral com visão crítica e consciência sócio-política;
- Oportunizar o desenvolvimento cultural no aspecto da legislação regulamentada, da formação e boa condução das comunidades, não permitindo o isolacionismo de uma determinada parcela da sociedade enquanto o mundo caminha em passos largos para o crescimento integral e globalizado;
- Viabilizar uma resposta a mais ampla possível, ao anseio existencial do ser humano de situar-se democraticamente no conflito frente aos seus semelhantes e frente ao mundo;
- Transmitir ao acadêmico informações dos princípios que regem a conduta do advogado junto à sociedade, à sua profissão e seu exercício.

Estrutura curricular

O currículo do Curso possui flexibilidade possibilitando que o aluno possa plenificar seu currículo com disciplinas eletivas, bem como, estudos independentes, a exemplo de: monitorias e estágios extracurriculares; programas de iniciação científica; estudos complementares; cursos realizados em áreas afins ou em outras áreas; participação em eventos científicos; cursos sequenciais correlatos à área e outros.

A flexibilidade curricular está programada para acontecer de forma excelente no desenvolvimento do Projeto de Aperfeiçoamento Teórico e Prático, onde possibilita-se o

estudo de temáticas de interesse do aluno e também da atualidade, como situações emergentes da profissão.

Todo conteúdo curricular do Curso fundamenta-se na articulação teórico-prática, que representa a etapa essencial do processo ensino-aprendizagem visto que, a resolução dos problemas deve estar sempre alicerçada em sólido conhecimento científico.

O currículo do Curso está estruturado de modo a atender as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação no Brasil, definidas pelo Conselho Nacional de Educação e pela Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Conteúdos curriculares

O currículo do Curso está estruturado de modo a atender as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de Graduação no Brasil, definidas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como atendendo as Diretrizes Curriculares do Curso, totalizando 3.760 horas.

A competência, concebida no Currículo do Curso, expressa o que o profissional deve saber e ser capaz de fazer para exercer sua prática com responsabilidade e qualidade em diferentes situações-problemas e em diferentes contextos.

Propõe-se a Matriz Curricular com base nos três eixos citados pela Diretriz Curricular: Eixo de Formação Fundamental, Eixo de Formação Profissional e Eixo de formação Prática. Eixos esses que se complementam interdisciplinar, transversal e continuamente.

Matriz Curricular

DIREITO						
PRIMEIRO SEMESTRE						
COD	Disciplinas	Créd. Totais	C.H. Total		Horas Guia Estudo	Horas Aplicação
	Sociologia, Antropologia e Filosofia Jurídica	6	120		2	4
	Metodologia e Iniciação à Pesquisa Científica	2	40			2
	História e Teoria do Direito	4	80		2	2
	Comunicação e Linguagem	2	40			2
	Seminário I	4	80			4
	Atividades Complementares*	0	0			

Carga Horária		18	360		4	14
SEGUNDO SEMESTRE						
	Direito Civil I	4	80		2	2
	Direito Constitucional	6	120		2	4
	Ciência Política e Teoria Geral do Estado	4	80		2	2
	Seminário II	4	80			4
Atividades Complementares*		0	0			
Carga Horária		18	360		6.	12
TERCEIRO SEMESTRE						
	Direito Civil II	6	120		2	4
	Direito Empresarial	4	80		2	2
	Direito Penal I	4	80		2	2
	Seminário III	4	80			4
Atividades Complementares*		1	20			
Carga Horária		19	380		6	12
QUARTO SEMESTRE						
	Direito Penal II	4	80		2	2
	Direito Processual Civil I	6	120		2	4
	Direito Civil III	4	80		2	2
	Seminário IV	4	80			4
Atividades Complementares*		1	20			
Carga Horária		19	380		6	12
QUINTO SEMESTRE						
	Direito Penal III	6	120		2	4
	Direito Processual Civil II	4	80		2	2
	Direito Processual Penal I	4	80		2	2
	Seminário V	4	80			4
Atividades Complementares*		1	20			
Carga Horária		19	380		6	12
SEXTO SEMESTRE						
	Direito Civil IV	4	80		2	2
	Direito Processual Penal II	6	120		2	4
	Direito Processual Civil III	4	80		2	2
	Seminário VI	4	80			4
Atividades Complementares*		1	20			
Carga Horária		19	380		6	12
SÉTIMO SEMESTRE						
	Direito do Trabalho	6	120		2	4
	Direito Previdenciário	4	80		2	2

	Direito Processual Civil IV	2	40			2
	Responsabilidade Civil e Direito do Consumidor	4	80		2	2
	Estágio de Prática Jurídica I	4	80			4
Atividades Complementares*		0	0			
Carga Horária		20	400		6	14
OTTAVO SEMESTRE						
	Direito Administrativo	4	80		2	2
	Direito Processual do Trabalho	4	80		2	2
	Direito Internacional Público e Privado	4	80		2	2
	Direito Tributário	4	80		2	2
	Estágio de Prática Jurídica II	4	80			4
Atividades Complementares*		1	20			
Carga Horária		21	420		8	12
NONO SEMESTRE						
	Psicologia Jurídica e Formas Alternativas de Solução de Conflitos	4	80		2	2
	Processos Constitucional e Administrativo	4	80		2	2
	Optativa	2	40			2
	Estágio de Prática Jurídica III	4	80			4
Atividades Complementares*		2	40			
Carga Horária		16	320		4	10
DÉCIMO SEMESTRE						
	Ética Geral e Jurídica	2	40			2
	Direito Ambiental e Agrário	4	80		2	2
	Estágio de Prática Jurídica IV	6	120			6
	Trabalho de Conclusão de Curso	6	120			6
Atividades Complementares*		1	20			
Carga Horária		19	380		2	16
TOTAIS DA CARGA HORÁRIA						
	Disciplinas	Créd. Totais	C.H. Total	%		
	Disciplinas Optativas	2	40	1%		
	Atividades Complementares	8	160	4%		
	Estágio Supervisionado	18	360	10%		
	Trabalho de Conclusão de Curso	6	120	3%		
	Disciplinas	154	3080	82%	54	
TOTAL DA CARGA HORÁRIA		188	3760	100%	29%	
OPTATIVAS						

Disciplinas	Créd. Totais	C.H. Total			
Direito das Relações Internacionais	2	40			
Direitos Humanos e Cidadania	2	40			
Educação Ambiental para Sustentabilidade	2	40			
Equivalentes Jurisdicionais	2	40			
Espanhol Instrumental	2	40			
Inglês Instrumental	2	40			
Jurisprudência Civil	2	40			
Jurisprudência Penal	2	40			
Jurisprudência Trabalhista	2	40			
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais	2	40			
Matemática Comercial e Financeira Aplicada ao Direito	2	40			
Organização Judiciária	2	40			
Processo Administrativo	2	40			
Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência	2	40			
Responsabilidade Civil	2	40			
Temas Emergentes de Direito	2	40			
Tópicos Especiais de Direito Comercial	2	40			
Tópicos Especiais de Direito do Trabalho e Social	2	40			
Tutela dos Direitos e Interesses Supra-Individuais	2	40			
Direito Eleitoral	2	40			

Ementas e Bibliografias

PRIMEIRO SEMESTRE

Sociologia, Antropologia e Filosofia Jurídica

Conceito: Sociologia: Conceito. Subconceitos: A perspectiva sociológica no estudo do direito. A pesquisa em sociologia jurídica. O direito versus cultura. A mudança sociocultural e o direito. O controle social, a ideologia e o direito. Direito e cidadania. Conceito: O pluralismo jurídico e a ética da alteridade. Conceito: A justiça como equidade: em busca de uma práxis alternativa do direito. Conceito: Direitos Humanos: A violência contra a mulher. Conceito: O Direito e a Sociedade Digital. Subconceitos: Sociedade digital. Sociedade de massa. Cultura digital. Cultura Analógica. Conceito: Filosofia: subconceitos, origens históricas e métodos específicos do discurso filosófico. Filosofia do Direito: noções básicas, pressupostos teóricos, temas fundamentais. Pensamentos clássicos da filosofia do Direito. Teorias jusfilosóficas. O

direito natural moderno e o positivismo jurídico. A filosofia do Direito de Kant e Hegel. A dialética marxista. O pensamento jusfilosófico contemporâneo.

Bibliografia

Básica

SPAGNOL, Antonio S. **Coleção direito vivo: Sociologia jurídica**, 1ª edição. Editora Saraiva, 2013. (Minha Biblioteca)

BARROSO, Priscila, F. et al. Antropologia e Cultura. Grupo A, 2018.

CAVALIERI, Sergio, F. Programa de Sociologia Jurídica. 15th edição. Grupo GEN, 2019.

Complementar

CARNIO, Henrique G. Direito e Antropologia. 2nd edição. Editora Saraiva, 2020.

BITTAR, Eduardo C. Curso de Filosofia do Direito. 15th edição. Grupo GEN, 2020.

NADER, Paulo. **Filosofia do Direito**. 27th edição. Grupo GEN, 2020.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direitos Humanos. Disponível em: Minha Biblioteca, (8th edição). Grupo GEN, 2021.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de Direitos Humanos. Disponível em: Minha Biblioteca, (8th edição). Grupo GEN, 2021.

BITTAR, Eduardo C. **Curso de Filosofia do Direito**. Disponível em: Minha Biblioteca, (15th edição). Grupo GEN, 2020.

Conselho Nacional de Justiça. **Violência Contra a Mulher**. Disponível em <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/violencia-contr-a-mulher/> Acesso em 04 Set 2021.

Luiz, S. L. 30 Anos da CF em 30 Julgamentos - Uma Radiografia do STF. Grupo GEN, 2018.

MASCARO, Alysson Leandro. Filosofia do direito – 8. ed. – São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca)

CASTILHO, Ricardo dos S. Filosofia Geral e Jurídica. 7th edição. Editora Saraiva, 2021. (Minha Biblioteca)

CASTILHO, Ricardo dos S. **Filosofia Geral e Jurídica**. 7th edição. Editora Saraiva, 2021. Minha Biblioteca,

Metodologia Iniciação à Pesquisa Científica

O método científico, a ciência e o espírito científico. A investigação científica como prática social. A pesquisa científica: finalidades, tipos, etapas, métodos e técnicas. A comunicação científica. Rigor e ética em pesquisa (plágio). Base de dados científicos. Estrutura e

Componentes do Projeto de Pesquisa: a pergunta condutora, a delimitação do problema, a hipótese, os objetivos, o embasamento teórico, metodológico: instrumentos de coleta e análise de dados, e empírico. Estrutura do Artigo Científico, Trabalho de Conclusão de Curso e Relatórios Técnicos-Científicos. Referências e Citações. Normas da ABNT e normas do IDEAU.

Bibliografia

Básica

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Metodologia do ensino superior**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

OLIVEIRA, Daniela dos Santos de; et al. **Manual de normas técnicas e científicas para trabalhos acadêmicos**. Getúlio Vargas: IDEAU, 2013. (UNIMESTRE)

Complementar

BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de. **Metodologias de pesquisa científica em ciências: análises quantitativas e qualitativas**. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz. **Metodologia Científica: Para uso dos Estudantes Universitários**. Vol. 1. 2. ed. São Paulo: Mc Graw Hill, 2004.

PÁDUA, E. M.M. de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 12. ed. Campinas: Papyrus, 2006.

BELLO, Enzo; ENGELMANN, Wilson (Orgs.). **Metodologia da pesquisa em direito**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2015. (Biblioteca Virtual Pearson)

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: Guia para eficiência nos estudos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

História e Teoria do Direito

Conceito: História do Direito. Construção histórica das principais escolas e codificações do direito que influenciaram a forma do Direito Brasileiro. Conceito: Epistemologia jurídica: caracteres, fundamentação filosófica e problemas da ciência do Direito. Direito e moral. Direito, equidade e justiça. Conceito: Teoria Geral do Direito e conceitos jurídicos fundamentais: direito positivo; direito objetivo; direito subjetivo; divisão geral do direito positivo; fontes do direito; teoria da norma e do ordenamento jurídico. Conceito: Lei no tempo e espaço. Conceito: Teoria da argumentação jurídica. Hermenêutica. Semiologia.

Bibliografia

Básica

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 20ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2010. (Minha Biblioteca)

JR., Paulo; HAMILTON. S. **Teoria do direito**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. (Minha Biblioteca)

BRASIL. Decreto-Lei nº. 4.657/1942 a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm

Complementar

JR., Tercio; SAMPAIO. F. **Argumentação Jurídica**. São Paulo: Editora Manole, 2016. (Minha Biblioteca)

SOARES, Ricardo; MAURÍCIO, F. **Hermenêutica e Interpretação Jurídica**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018. (Minha Biblioteca)

Comunicação e Linguagem

Comunicação: seus diversos meios e formas. Análise e tipos do discurso. Vocábulo técnico. Variações de linguagem. Tipos de texto. Semiologia textual. Leitura e produção de texto. Formação do leitor virtual. Oralidade. Linguagem científica: Textos técnicos/científicos. Análise das especificidades dos textos orais e dos textos escritos. Refinamento do processo da argumentação. Variabilidade linguística. Elementos da textualidade: Coesão e coerência textuais e conectivos. Gramática: Ortografia, acentuação, verbos e pontuação. Concepções de leitura e suas estratégias.

Bibliografia

Básica

CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2005.

KASPARY, Adalberto José. **Redação oficial: normas e modelos**. 17. ed. Porto Alegre: Edita, 2004.

MEDEIROS, João Bosco. **Português Instrumental**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Complementar

BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de Comunicação Escrita**. 20. ed. São Paulo: Ática, 2004.

TAVARES, Maurício. **Comunicação empresarial e planos de comunicação: integrando teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEDEIROS, João Bosco. **Comunicação empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PÉCORA, Alcir. **Problemas de redação**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

TUFANO, Douglas. **Michaelis: português fácil: tira-dúvidas de redação**. São Paulo: Melhoramentos, 2003.

Seminário I

Integralização dos conhecimentos desenvolvidos no semestre a partir dos componentes curriculares específicos. Aplicação dos conceitos teóricos, por meio de situações reais de aprendizagem, no contexto da profissão e complexidade de acordo com os níveis de cada estudante, promovendo Iniciação Científica e Extensão, além da ampliação de habilidades e competências específicas do curso além de competências transversais como autonomia, liderança, capacidade crítica, trabalho em equipe, empatia, responsabilidade social e comprometimento, mediação de conflitos, adaptabilidade, comunicação oral e escrita, resolução de problemas, planejamento e organização (gestão do tempo e do conhecimento), com vistas a preparar o estudante para o futuro, de maneira interdisciplinar, transversal e orgânica/contínua.

Bibliografia

Bibliografias que contemplam as disciplinas do semestre

SEGUNDO SEMESTRE

Direito Civil I

Conceito: Noções introdutórias. Subconceitos: Introdução ao estudo do Direito Civil. LINDB. Conceito: Conflitos de leis. Subconceitos: Conflitos de lei no tempo (Direito Intertemporal). Conflitos de lei no espaço (Direito Internacional Privado). Conceito: Pessoa natural e jurídica. Subconceitos: Nome civil. Capacidade e representação. Domicílio. Nascimento e morte ou extinção. Responsabilidades. Conceito: Objeto dos direitos. Subconceitos: Bens. Coisas. Conceito: A relação jurídica civil. Subconceitos: Fatos, atos e negócios jurídicos. Teoria das nulidades. Direito formativo. Atos contrários ao direito. Prova de atos e negócios jurídicos e registros públicos a eles relativos. Conceito: A eficácia da relação jurídica no tempo. Subconceitos: Prescrição. Decadência. Renúncia.

Bibliografia

Básica

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**: introdução ao direito civil: teoria geral de direito civil. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**: parte geral. Vol. 1. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

AMARAL, Francisco. **Direito civil**: introdução. 10. ed. revista e modificada. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Complementar

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Curso de direito civil**: teoria geral do direito civil: parte geral. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

NADER, Paulo. **Curso de direito civil**. Volume 1: parte geral. 11. ed. revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Forense, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

CASSETTARI, Christiano. **Elementos de direito civil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

MALUF, Carlos Alberto Dabus. MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Maluf. **Introdução ao direito civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

AMARAL, Francisco **Direito civil**: introdução. 10. ed. revista e modificada. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

BRASIL. DECRETO-LEI No 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm> Acesso em out 2021.

Direito Constitucional

Conceito I: O constitucionalismo: 1.Surgimento 2. Evolução e valores 3. Origem, conceito e classificação das Constituições. **Conceito II:** A Ordem econômica e social na CF 88.: 1. Ordem Econômica da CF 88; 2. Ordem Social da CF 88; **Conceito III:** Direitos e Garantias Fundamentais: 1.Os Direitos, em suas dimensões (gerações) 2. Remédios constitucionais. **Conceito IV:** Internet, Liberdade de informação e Privacidade: Liberdade de informação; Direito à privacidade, limites e direito comparado; Elaboração eletrônica de dados e tutela da privacidade no direito comparado; Tratamento legal da privacidade na Internet; Internet: privacidade, liberdade e o poder público; A perda da Privacidade. **Conceito V:** Organização governamental, sistemas e formas de governo: 1. Noções preliminares. 2. Formas de governo. 3. Sistemas de governo e formas de Estado. 4. Entes federativos. **Conceito VI:** Poderes constituídos: 1. Poder Legislativo. 2. Noções básicas de técnica legislativa. 3. Poder Executivo 4. Poder Judiciário. 5. Autonomia e limitação dos poderes. **Conceito VII:** Controle de constitucionalidade: 1.Momentos de controle: Controle prévio ou preventivo e controle posterior ou repressivo. 2. Controle difuso e controle concentrado.

Bibliografia

Básica

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 23. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

PADILHA, Rodrigo. **Direito Constitucional**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de direito constitucional**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

Complementar

MOTTA, Sylvio. **Direito Constitucional: teoria, jurisprudência e questões**. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense; 2019 (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

FIGUEIREDO, Leonardo Vizeu. **Lições de direito constitucional**. Rio de Janeiro: Forense, 2013. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

TORON, Alberto Zacharias et al. **Decisões controversas do STF: Direito constitucional em casos**. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Ciência Política e Teoria Geral do Estado

Ciência Política: poder, governo, Estado e sociedade. Evolução histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média, Idade Moderna. Teoria do Estado: Estado Moderno, Estado Contemporâneo. Elementos e funções do Estado. Formas de Estado. Formas e regimes de governo. Tendências contemporâneas em Teoria Política e do Estado. Economia Política. A Economia política na visão clássica, neoclássica e keynesiana. Desenvolvimento econômico e o papel do direito. Análise econômica do direito. Tendências Contemporâneas em Economia Política.

Bibliografia

Básica

MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. (Minha Biblioteca)

SCALABRIN, Felipe; MELO, Débora Sinflorio da Silva. **Ciência política e teoria geral do Estado**. Porto Alegre: Sagah, 2017. Disponível em Minha Biblioteca

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Teoria do estado: filosofia política e teoria da democracia**. 5. ed. rev. atual. e modificada. São Paulo: Atlas, 2016. Disponível na Minha Biblioteca

Complementar

GAMBA, João Roberto Gorini. **Teoria geral do Estado e ciência política**. São Paulo: Atlas, 2019, p. 161 – 181 (Regimes Políticos). Disponível na Minha Biblioteca:

BRASIL. Constituição Federal de 1988
(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos**. 3 ed., São Paulo: CENGAGE, 2020

SILVA, Filipe Prado Macedo da. **Economia política**. Grupo A Educação S.A. Porto Alegre: SAGAH, 2018

Seminário II

Integralização dos conhecimentos desenvolvidos no semestre a partir dos componentes curriculares específicos. Aplicação dos conceitos teóricos, por meio de situações reais de aprendizagem, no contexto da profissão e complexidade de acordo com os níveis de cada estudante, promovendo Iniciação Científica e Extensão, além da ampliação de habilidades e competências específicas do curso além de competências transversais como autonomia, liderança, capacidade crítica, trabalho em equipe, empatia, responsabilidade social e comprometimento, mediação de conflitos, adaptabilidade, comunicação oral e escrita, resolução de problemas, planejamento e organização (gestão do tempo e do conhecimento), com vistas a preparar o estudante para o futuro, de maneira interdisciplinar, transversal e orgânica/contínua.

Bibliografia

Bibliografias que contemplam as disciplinas do semestre

TERCEIRO SEMESTRE

Direito Civil II

Conceito 1: Conceito e princípios do Direito das Obrigações. **Subconceitos:** 1. Modalidades de obrigações. 2. Transmissão das obrigações. 3. Adimplemento e extinção das obrigações. 4.

Inadimplemento das obrigações. **Conceito 2:** Teoria geral dos contratos. **Subconceitos:** 1. Formação e extinção dos contratos. 2. Vícios redibitórios. 3. Evicção. 4. Contrato preliminar. 5. As diversas espécies de contratos. **Conceito 3: Subconceito 1:** Direito Digital: Contratos na era digital.

Bibliografia

Básica

RIZZARDO, Arnaldo. **Direitos das Obrigações**. Rio de Janeiro: Forense, 2018. (Minha Biblioteca)

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie**. v. 3, 14. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2019. (Minha Biblioteca)

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Contratos**. v. 3, Rio de Janeiro: Forense, 2018. (Minha Biblioteca)

Complementar

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Obrigações e Contratos - Pareceres**. Rio de Janeiro: Forense, 2012. (Minha Biblioteca)

GOMES, Orlando. **Obrigações**. Rio de Janeiro: Forense, 2019. (Minha Biblioteca)

USTÁRROZ, Daniel. **Contratos em Espécie**. São Paulo: Atlas, 2015. (Minha Biblioteca)

LÔBO, Paulo. **Direito civil: volume 2: obrigações**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Minha Biblioteca)

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Curso de direito civil: teoria geral dos contratos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Minha Biblioteca)

Direito Empresarial

Conceito 1: Noções de Direito de Empresa. **Subconceitos:** 1. O empresário. O 2. estabelecimento empresarial. **Conceito 2:** Sociedade. **Subconceitos:** 1. sociedade não personificada: sociedade em comum; sociedade em conta de participação. 2. sociedade personificada: sociedade simples, sociedade em nome coletivo, sociedade em comandita simples. 3. Sociedade por cotas de responsabilidade limitada. 4. Sociedade anônima. 5. Sociedade em comandita por ações. **Conceito 3:** Recuperação judicial e falência: **Conceito 4:** Teoria Geral dos títulos de crédito. **Subconceitos:** 1. Letra de Câmbio. 2. Nota promissória. 3. Cheque. 4. Duplicata. **Conceito 5:** Direito Digital: **Subconceito 1:** Proteção de Dados no Ambiente Empresarial. **Subconceito 2:** Título de Crédito Eletrônico, Gestão de Pagamentos e Moedas Digitais.

Bibliografia

Básica

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Empresarial**. 10. ed. Grupo Gen, 2021. Minha Biblioteca.

VIDO, Elisabete. **Curso de direito empresarial**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Minha Biblioteca.

MAMEDE, Gladston. **Manual de Direito Empresarial**. 13.ed., São Paulo: Atlas, 2019. (Minha Biblioteca)

Complementar

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Empresarial**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. (Minha Biblioteca)

RIZZARDO, Arnaldo. **Títulos de Crédito**. 5. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2015. (Minha Biblioteca)

CARVALHOSA, Modesto; EIZIRIK, Nelson. **Estudos de Direito Empresarial**. São Paulo: Saraiva, 2010. (Minha Biblioteca)

MAMEDE, Gladston. **Títulos de Crédito**. 11. ed., São Paulo: Atlas, 2019. (Minha Biblioteca)

NEGRÃO, Ricardo. **Curso de direito comercial e de empresa**. títulos de crédito e contratos empresariais. v. 2, São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (Minha Biblioteca)

TOMAZETTE, Marlon. **Direito empresarial**: Vol. 2: títulos de crédito. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. (Minha Biblioteca)

VIDO, Elisabete. **Curso de direito empresarial**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Minha Biblioteca)

TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito digital e processo eletrônico**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. (Minha Biblioteca)

Direito Penal I

Conceito: Conceito e função do Direito Penal. Conceito: Teoria do delito: Subconceitos: conceito de delito, ação e omissão, tipicidade, antijuridicidade, culpabilidade, suas formas e excludentes, imputabilidade, responsabilidade. Classificação, relação causal. Conceito: Tentativa e consumação. Subconceito: Desistência voluntária, arrependimento eficaz, arrependimento posterior, crime impossível. Conceito: Concurso de delito. Conceito: Concurso de pessoas.

Bibliografia

Básica

BITENCOURT, Roberto, C. **Tratado de direito penal 1**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

ANDREUCCI, Antonio, R. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019 (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**. Parte geral. Vol. 1. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Complementar

FABRETTI, Barrionuevo, H., SMANIO, Poggio, G. **Direito Penal: Parte Geral**. São Paulo: Atlas, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

JUNQUEIRA, Gustavo, VAZOLIN, Patricia. **Manual de direito penal: parte geral**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

NUCCI, Guilherme de Souza. **Direito Penal: Partes Geral e Especial**. Esquemas & Sistemas. São Paulo: Método, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

BUSATO, Paulo César. **Direito penal: parte geral: volume 1**. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

RAIZMAN, Daniel. **Manual de direito penal: parte geral**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Seminário III

Integralização dos conhecimentos desenvolvidos no semestre a partir dos componentes curriculares específicos. Aplicação dos conceitos teóricos, por meio de situações reais de aprendizagem, no contexto da profissão e complexidade de acordo com os níveis de cada estudante, promovendo Iniciação Científica e Extensão, além da ampliação de habilidades e competências específicas do curso além de competências transversais como autonomia, liderança, capacidade crítica, trabalho em equipe, empatia, responsabilidade social e comprometimento, mediação de conflitos, adaptabilidade, comunicação oral e escrita, resolução de problemas, planejamento e organização (gestão do tempo e do conhecimento), com vistas a preparar o estudante para o futuro, de maneira interdisciplinar, transversal e orgânica/contínua.

Bibliografia

Bibliografias que contemplam as disciplinas do semestre

QUARTO SEMESTRE

Direito Penal II

Conceito: Teoria da Pena. Subconceitos: Regimes penais existentes. Cominação de penas. Aplicação de penas. Circunstâncias. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Extinção da Punibilidade. Reabilitação. Medidas de Segurança. Ação Penal. Conceito: Lei de execuções penais. Subconceitos: Assistência ao preso. Trabalho. Direitos e deveres. Regimes de cumprimentos de penas privativas de liberdade. Estabelecimentos penais. Remição. Cumprimento de pena de multa. Medidas de segurança. Livramento condicional. Suspensão condicional da pena. Anistia, indulto e indulto individual.

Bibliografia

Básica

NUCCI, Guilherme Souza. **Manual de Direito Penal**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. (Minha Biblioteca)

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal: parte geral**. v. 1., 24. ed., São Paulo: Saraiva, 2020. (Minha Biblioteca)

Complementar

UZ, KNIPPEL, E. **Prática - Prática Penal**. 8ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. (Minha Biblioteca)

NOVAES, Felipe. **Manual de Prática Penal**. Disponível em: Minha Biblioteca, (7th edição). Grupo GEN, 2021. p. 484. (Minha Biblioteca)

FABRETTI, Barrionuevo, H., SMANIO, Poggio, G. **Direito Penal: Parte Geral**. São Paulo: Atlas, 2019. (Minha Biblioteca)

JUNQUEIRA, Gustavo, VAZOLIN, Patricia. **Manual de direito penal: parte geral**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Minha Biblioteca)

NUCCI, Guilherme de Souza. **Direito Penal: Partes Geral e Especial. Esquemas & Sistemas**. São Paulo: Método, 2019. (Minha Biblioteca)

BUSATO, Paulo César. **Direito penal: parte geral: volume 1**. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. (Minha Biblioteca)

RAIZMAN, Daniel. **Manual de direito penal: parte geral**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Minha Biblioteca)

Direito Processual Civil I

CONCEITO I - Noções introdutórias e princípios processuais. **CONCEITO II** – Jurisdição.

SUBCONCEITOS: 1. A instrumentalidade e a Jurisdição. 2. Aspectos sociais da jurisdição. 3. Tutela jurisdicional 3.1 Principais espécies de tutelas jurisdicionais. 3.2 Sistematização das tutelas jurisdicionais. 3.3 Tutela jurisdicional sob a perspectiva do réu. 3.4 Órgãos jurisdicionais incumbidos da tutela jurisdicional no Brasil. 4. Meios alternativos de pacificação social 4.1 Autotutela 4.2 Mediação e conciliação 4.3 Julgamento por órgão administrativo 5. Arbitragem. **CONCEITO III** – Ação. **SUBCONCEITOS:** 1. Conceito e evolução 2. As condições da ação. 3. Elementos da ação. 4. Classificação das ações. 1. Elementos de ação.

CONCEITO IV – Processo. **SUBCONCEITOS:** 1. Conceito 2. As várias visões do processo. 3. Sujeitos do processo. 4. Espécies de processo. 5. Pressupostos e requisitos processuais. 6. Processo eletrônico ou autos virtuais. **CONCEITO V** - A função jurisdicional. **SUBCONCEITOS:** 1. Introdução. 2. Limites da jurisdição nacional. 2.1 Competência concorrente. 2.2. Competência exclusiva. 2.3. Cláusula de eleição de foro. 3. Cooperação internacional.

CONCEITO VI - Competência interna e cooperação nacional **SUBCONCEITOS:** 1. Introdução. 2. Princípios norteadores da competência jurisdicional. 3. Critérios determinativos da competência. 4. Metodologia para determinação da competência. 5. (In)competência absoluta e relativa. 6. Modificação da competência 7. Prevenção. 8. Regra da acessoriedade. 9. Conflito de competência. 10. Cooperação nacional. **CONCEITO VII** -

Partes e procuradores. **SUBCONCEITOS:** 1. Partes. 1.1 Conceito. 1.2 Capacidade de ser parte. 1.3 Capacidade processual, capacidade para estar em juízo, capacidade judiciária ou legitimação ad processum. 1.4 Incapacidade processual e irregularidade na representação. 1.5 Dos deveres das partes e de seus procuradores. 1.6 Das despesas, dos honorários advocatícios e das multas: o regime financeiro do Código de Processo Civil. 1.7 Assistência judiciária: concessão dos benefícios, procedimento, impugnação e recursos. 2. Procuradores. 2.1 A capacidade postulatória conferida aos advogados. 2.2 Procuração assinada digitalmente. 2.3 Direitos dos advogados. 3. Sucessão das partes e dos procuradores. **CONCEITO VIII** –

Litisconsórcio. **SUBCONCEITOS:** 1. Classificação do litisconsórcio. 2. Hipóteses legais de litisconsórcio. 3. Litisconsórcio unitário e necessário. 4. Litisconsórcio necessário: ativo e passivo. 5. Litisconsórcio multitudinário. 6. Autonomia dos litisconsortes. **CONCEITO IX** -

Intervenção de terceiros. 1. Noções gerais. 1.1 Hipóteses de não cabimento das intervenções previstas no CPC/2015. 2. Assistência. 3. Denúnciação da lide. 4. Chamamento ao processo. 5. Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica. 6. Amicus curiae. 7. A intervenção anômala das pessoas de Direito público. **CONCEITO X** - O juiz e os auxiliares

da justiça. **SUBCONCEITOS:** 1. Poderes, deveres e responsabilidades do juiz. 2. O poder-dever de prestar a tutela jurisdicional. 3. Limites da decisão. 4. Princípio da identidade física do juiz. 5. Responsabilidades do juiz. 6. Impedimentos e suspeição. 7. Auxiliares da justiça.

CONCEITO XI - As funções essenciais à justiça. **SUBCONCEITOS:** 1. Ministério Público. 2. Advocacia Pública. 3. Defensoria Pública. 4. Advocacia Privada. **CONCEITO XII** - Atos processuais. **SUBCONCEITOS:** 1. Conceito. 2. Classificação dos atos processuais. 3. Forma dos atos processuais. 4. Atos processuais praticados por meio eletrônico. 5. Linguagem utilizada nos atos processuais. 6. Publicidade dos atos processuais. 7. O tempo e o lugar dos atos processuais. 8. Férias e feriado forenses. 9. Os prazos processuais. 10. Preclusão. 11. Descumprimento de prazos e penalidades. 12. Comunicação dos atos processuais.

CONCEITO XIII – Nulidades. **SUBCONCEITOS:** 1. Os diversos planos dos fatos jurídicos: existência, validade e eficácia. 2. Nulidade absoluta e nulidade relativa. 3. Sistema de nulidades no CPC. **CONCEITO XIV** - Tutela provisória. 1. Noções gerais 2. A urgência e a evidência como fundamentos das tutelas provisórias. 3. Disposições comuns a todas as espécies de tutelas provisórias. 4. Tutela provisória e recurso. 5. Tutela provisória contra a Fazenda Pública. 6. Disposições gerais referentes às tutelas de urgência (cautelar e antecipada) 7. Da tutela cautelar 8. Da tutela antecipada. 9. Da tutela da evidência.

CONCEITO XV - Formação, suspensão e extinção do processo. **SUBCONCEITOS:** 1. Visão geral do processo. 2. Formação da relação processual. 3. Suspensão do processo. 4. Extinção do processo. **CONCEITO XVI** - Processo de Conhecimento. **SUBCONCEITOS:** 1. Procedimento comum. 1. Noções gerais. 2. Determinação do procedimento. 3. Visão geral do procedimento comum. 4. Fase postulatória. 4.1. Petição inicial. 4.2. Posturas do juiz em face do ajuizamento da ação. 4.3. Audiência conciliatória. 4.4. Resposta do réu. 4.5. Revelia. 5. Fase saneadora e julgamento conforme o estado do processo. 5.1. Extinção do processo. 5.2. Julgamento antecipado do mérito. 5.3. Julgamento antecipado parcial do mérito. 6. Saneamento e organização do processo. 7. Fase instrutória ou probatória. 7.1 Audiência de instrução e julgamento. 7.2 Provas: Teoria geral da prova, Conceito de prova, Conceito de prova digital, Pressupostos de validade e de utilidade da prova digital, Princípios processuais que orientam a atividade probatória, Ônus da prova, Prova emprestada, *Compliance*, Prova documental, Fornecimento de informações pelos provedores de internet, Prova pericial, Blockchain. 8. Fase decisória. 8.1 Considerações gerais. 8.2 Conceito de sentença. 8.3 Sentença terminativa. 8.4 Sentença definitiva. 8.5 Elementos essenciais da sentença. 8.6 Classificação e efeitos das sentenças definitivas. 8.7 Conformação da sentença ao pedido. 8.8 Sentenças citra petita, ultra petita e extra petita. 8.9 Sentença condicional. 8.10 Sentença e

fato superveniente. 8.11 Modificação da sentença. 8.12 Efeitos da sentença. 8.13 Sentença que tenha por objeto obrigação de fazer, não fazer e de entregar coisa. 8.14 Sentença que tenha por objeto a emissão de declaração de vontade. 8.15 Remessa necessária. 9. Coisa julgada. 10. Liquidação de sentença. 1. Determinação do valor da condenação por cálculo do credor. 2. Liquidação na pendência de recurso. 3. Procedimento. 4. Outros aspectos da liquidação.

Bibliografia

Básica

LOURENÇO, Haroldo. **Processo civil sistematizado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

BRASIL. **Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jan.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil: volume único**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Minha Biblioteca.

Complementar

MEDEIROS, Edio. **Tutelas provisórias no novo Código de Processo Civil: aspectos e características**. UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina. 2018 (Biblioteca Online)

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de direito processual civil**. v. 1. 62. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Minha Biblioteca.

DONIZETTI, Elpídio. **Curso de direito processual civil**. 24 ed. São Paulo: Atlas, 2021. Minha Biblioteca.

Direito Civil III

Conceito: Posse. Subconceitos: Definição. Natureza. Aquisição. Efeitos. Extinção. Conceito: Propriedade. Subconceitos: Definição. Aquisição. Restrições ou limitações ao direito e propriedade. Perda. Registro de imóveis. Condomínio. Direito de vizinhança. Conceito: Direitos Reais. Subconceitos: Direito Reais limitados de gozo ou fruição. Direito Reais limitados de garantia. Direito Real na aquisição.

Bibliografia

Básica

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das coisas** – 9. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2021. (Minha Biblioteca).

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: direito das coisas**. 13.ed., Rio de Janeiro: Forense, 2021. (Minha Biblioteca).

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: reais** – 21. ed. – São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca).

Complementar

DONIZETE, Elpídio; QUINTELLA, Felipe. **Curso de Direito Civil**. 10.ed., São Paulo: Atlas, 2021. (Minha Biblioteca).

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil: contratos em espécie - direito das coisas esquematizado** - volume 2 - 8. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020. (Minha Biblioteca).

LÔBO, Paulo. **DIREITO CIVIL V 4 - COISAS**. Editora Saraiva, 2021. (Minha Biblioteca).

PEREIRA, Caio Mário D. **Instituições de Direito Civil - Vol. IV - Direitos Reais**, 27ª edição. Grupo GEN, 2019. (Minha Biblioteca).

TEPEDINO, Gustavo. **Fundamentos de Direito Civil - Vol. 5 - Direitos Reais**. Grupo GEN, 2020. (Minha Biblioteca).

Seminário IV

Integralização dos conhecimentos desenvolvidos no semestre a partir dos componentes curriculares específicos. Aplicação dos conceitos teóricos, por meio de situações reais de aprendizagem, no contexto da profissão e complexidade de acordo com os níveis de cada estudante, promovendo Iniciação Científica e Extensão, além da ampliação de habilidades e competências específicas do curso além de competências transversais como autonomia, liderança, capacidade crítica, trabalho em equipe, empatia, responsabilidade social e comprometimento, mediação de conflitos, adaptabilidade, comunicação oral e escrita, resolução de problemas, planejamento e organização (gestão do tempo e do conhecimento), com vistas a preparar o estudante para o futuro, de maneira interdisciplinar, transversal e orgânica/contínua.

Bibliografia

Bibliografias que contemplam as disciplinas do semestre

QUINTO SEMESTRE

Direito Penal III

Dos crimes em espécie. Conceito: crimes contra pessoa. Subconceito: Dos crimes contra a vida. Das lesões corporais. Da rixa. Dos crimes contra a honra. Dos crimes contra a liberdade individual. Conceito: Dos crimes contra o patrimônio. Subconceito. Do Furto. Do roubo e da extorsão. Do dano. Da apropriação indébita. Do estelionato. Da receptação. Conceito: Dos

crimes contra a dignidade sexual. Subconceitos: Dos contra a liberdade sexual. Da exposição da intimidade sexual. Dos crimes sexuais contra vulnerável. Conceito: Lenocínio e do tráfico de pessoas para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual. Conceito: Dos Crimes contra a saúde pública. Conceito: Dos crimes contra a administração pública. Subconceito: Dos crimes praticados contra funcionário público contra a administração em geral. Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral. Conceito: Dos crimes definidos em legislação especial. Subconceitos: Lei 9.099/95 (parte criminal). Lei Maria da Penha (parte material). Lei de tortura. Interceptação telefônica. Estatuto da Igualdade Racial. Lei de Drogas. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei dos Crimes hediondos. Estatuto do Idoso. Outras legislações contemporâneas.

Bibliografia

Básica

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código penal comentado**. 10. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

DELMANTO, Roberto. **Leis penais especiais comentadas**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Complementar

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte especial 2: crimes contra a pessoa. 19. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte especial 3: crimes contra o patrimônio até crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. 15. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte especial 4: crimes contra a dignidade sexual até crimes contra a fé pública. 13. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca).

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte especial 5: crimes contra a administração pública e crimes praticados pelos prefeitos. 13. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal esquematizado** – parte especial. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

GRECO, Rogério. **Direito Penal Estruturado**. Rio de Janeiro: Forens, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Direito Processual Civil II

Conceito: Cumprimento de sentença. Subconceitos: Títulos executivos judiciais. Cumprimento provisório de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa. Cumprimento definitivo. Honorários advocatícios no cumprimento definitivo. Moratória legal e cumprimento de sentença. Impugnação (defesa do devedor). Cumprimento de sentença nas obrigações de prestar alimentos. Cumprimento de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública. Cumprimento de sentença nas obrigações de fazer e de não fazer. Cumprimento de sentença nas obrigações de entregar coisa. Conceito: Precedente Judicial, Processos nos Tribunais e Meios de Impugnação das Decisões Judiciais. Subconceitos: Precedente judicial. Noções fundamentais. A evolução dos precedentes judiciais no direito brasileiro. A força normativa dos precedentes no Código de Processo Civil de 2015. Regras gerais para a formação e modificação dos precedentes obrigatórios no CPC. Ordem dos processos nos tribunais e processos de competência originária dos tribunais. Processos de competência originária dos tribunais. Incidente de assunção de competência. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Conflito de competência. Homologação de decisão estrangeira e concessão do exequatur à carta rogatória. Ação rescisória. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. Reclamação. Conceito: Teoria geral dos recursos. Subconceitos: Espécies e classificação dos recursos. Princípios fundamentais dos recursos. Pressupostos de admissibilidade dos recursos. Efeitos dos recursos. Alcance do recurso do litisconsorte. Recurso adesivo. Recursos em espécie. Apelação. Agravo de instrumento. Agravo interno. Embargos de declaração. Recurso ordinário. Recurso extraordinário e recurso especial. Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário. Embargos de divergência.

Bibliografia

Básica

BRASIL. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jan.

LOURENÇO, Haroldo. **Processo civil sistematizado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; Método. 2021. Minha Biblioteca.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Manual de direito processual civil**: volume único. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Minha Biblioteca.

Complementar

GONÇALVES, Carlo Roberto. **Direito civil 2**: esquematizado: contratos em espécie, direito das coisas. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (Minha Biblioteca)

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie**. Vol. 3. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. (Minha Biblioteca)

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: contratos**. Vol. 3. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. (Minha Biblioteca)

Direito Processual Penal I

Conceito: Teoria geral do Direito Processual Penal. Subconceitos: Sistemas processuais penal. Princípios do processo penal. Fontes do Processo Penal. Aplicação da lei processual no espaço e no tempo. Interpretação da lei processual penal. Conceito: Investigação preliminar no Brasil. Subconceitos: Tipologia das investigações. Inquérito Policial. Características do Inquérito Policial. Início, arquivamento e desarquivamento do Inquérito Policial. Conceito: Ação Penal. Subconceitos: Espécies. Condições da ação. Ação Penal Pública. Ação Penal Privada. Ação Penal Privada subsidiária da Pública. Ação Civil *Ex delicto*. Conceito: Jurisdição e competência. Subconceitos: Jurisdição. Competência. Competência territorial. Competência em razão da matéria ou pela natureza da infração. Conexão e continência. Prevenção. Competência em razão da prerrogativa de foro. Questões e processos incidentes. Conceito: Prisão cautelar. Subconceitos: Características e requisitos. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária. Relaxamento da prisão, liberdade provisória e revogação da preventiva. Conceito: Sujeitos processuais. Subconceitos: Juiz. Ministério Público. Acusado. Curador. Defensor. Assistente de acusação.

Bibliografia

Básica

AVENA, Norberto. **Processo penal**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2020. Minha Biblioteca.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios; REIS, Alexandre Cebrian Araújo. **Direito processual penal esquematizado**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (Minha Biblioteca)

GRECO FILHO, Vicente; ROSSI, João Daniel. **Manual de Processo Penal**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Complementar

LOPES JR., Aury. **Direito Processual Penal**. 16. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Minha Biblioteca)

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Processual Penal**. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. (Minha Biblioteca)

CASARA, Rubens R. R. **Mitologia processual penal**. São Paulo: Saraiva, 2015. (Minha Biblioteca)

LOPES JR., Aury. **Fundamentos do Processo Penal: introdução crítica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação: 2019. (Minha Biblioteca)

LOPES JR., Aury. **Prisões cautelares**. 5. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2017. (Minha Biblioteca)

Seminário V

Integralização dos conhecimentos desenvolvidos no semestre a partir dos componentes curriculares específicos. Aplicação dos conceitos teóricos, por meio de situações reais de aprendizagem, no contexto da profissão e complexidade de acordo com os níveis de cada estudante, promovendo Iniciação Científica e Extensão, além da ampliação de habilidades e competências específicas do curso além de competências transversais como autonomia, liderança, capacidade crítica, trabalho em equipe, empatia, responsabilidade social e comprometimento, mediação de conflitos, adaptabilidade, comunicação oral e escrita, resolução de problemas, planejamento e organização (gestão do tempo e do conhecimento), com vistas a preparar o estudante para o futuro, de maneira interdisciplinar, transversal e orgânica/contínua.

Bibliografia

Bibliografias que contemplam as disciplinas do semestre

SEXTO SEMESTRE

Direito Civil IV

Conceito: Família e Direito de Família. Subconceitos: Conceito de família. Modelos de família. Princípios Informadores do Direito de Família. Conceito: Casamento. Subconceitos: Conceito e natureza jurídica do casamento. Modalidades de casamento. Capacidade para casar. Impedimentos ao casamento. Habilitação para o casamento. Celebração do casamento. Provas do casamento. Invalidade do casamento. Efeitos do casamento. Regimes de bens. Extinção da sociedade e dissolução do vínculo conjugal. Conceito: União Estável. Subconceitos: Caracterização da união estável. Disciplina da união estável. Ações de reconhecimento e de dissolução de união estável no Código de Processo Civil de 2015. Conceito: Parentesco. Subconceitos: Filiação. Adoção. Autoridade parental (Poder familiar).

Guarda dos filhos. Conceito: Alimentos. Subconceitos: Alimentos naturais, civis, provisórios, provisionais, transitórios, compensatórios, definitivos e gravídicos. Obrigação alimentar. Conceito: Bem de Família. Subconceitos: Bem de família legal e bem de família convencional. Conceito: Tutela, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada. Subconceitos: Tutela. Curatela. Tomada de decisão apoiada. Conceito: Direito das Sucessões. Subconceitos: Noção de Sucessão. Direito Sucessório. Herança. Legado. Conceito: Abertura da Sucessão. Subconceitos: Transmissão da herança. Lugar da abertura da sucessão. Aceitação e renúncia da herança. Cessão do direito à sucessão aberta. Herança jacente. Petição de herança. Conceito: Sucessão Legítima. Subconceitos: Herdeiros necessários. Herdeiros legítimos. Sucessão por cabeça e por estirpe. Direito de transmissão e direito de representação. Ordem de vocação hereditária. Sucessão do companheiro. Falta de herdeiros legítimos. Indignidade do sucessor. Conceito: Sucessão Testamentária. Subconceitos: Histórico da sucessão testamentária. Liberdade para testar e capacidade testamentária ativa. Capacidade testamentária passiva. Noção e Formas de testamento. Disposições testamentárias patrimoniais. Deserdação. Legados. Direito de acrescer. Revogação do testamento. Rompimento do testamento. Invalidade do testamento. Testamentaria. Conceito: Inventário e Partilha. Subconceitos: Histórico do inventário e da partilha. Inventário. Partilha.

Bibliografia

Básica

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: família e sucessões**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2020. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil 3: esquematizado: responsabilidade civil, direito de família, direito das sucessões**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

MADALENO, Rolf. **Manual de Direito de Família**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Complementar

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Estatuto da família de fato: de acordo com o atual Código Civil, Lei no 10.406, de 10-01-2002**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

PACHECO, José da Silva. **Inventários e partilhas: na sucessão legítima e testamentária**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

OLIVEIRA FILHO, Bertoldo Mateus de. **Alimentos: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

NICOLAU, Gustavo. **União estável e casamento: diferenças práticas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

MAMEDE, Gladston. **Divórcio, dissolução e fraude na partilha de bens: simulações empresariais e societárias**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Direito Processual Penal II

Conceito: Teoria geral da prova. **Subconceitos:** Conceito. Finalidade. Objeto. Fonte. Sistemas de avaliação da prova. Ônus da prova. Princípios que regem a atividade probatória. Meios de prova. Provas ilícitas. Classificação das provas. Momentos da atividade probatória. Do exame do corpo de delito e das perícias em geral. Interrogatório. Confissão. Oitiva do ofendido. Das testemunhas. Do reconhecimento de pessoas e coisas. Acareação. Documentos. Índícios. Busca e apreensão. **Conceito:** Procedimentos comuns e especiais. **Subconceitos:** Procedimento comum ordinário. Procedimento comum sumário. Procedimento comum sumaríssimo (Juizados Especiais Criminais). Procedimento nos crimes contra a honra. Procedimento nos crimes contra a propriedade imaterial. Procedimento nos crimes da Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006). Procedimento relativo aos crimes cometidos com violência doméstica ou familiar contra a mulher. Procedimento relativo aos crimes do Estatuto do Idoso. **Conceito:** Tribunal do Júri. **Subconceitos:** Origem histórica do Tribunal do Júri. O Júri na Constituição Federal. O Tribunal do Júri como órgão do Poder Judiciário. Competência constitucional para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida. A formação da culpa no procedimento do júri. O procedimento especial do júri e a fase de avaliação da admissibilidade da acusação. Pronúncia. Impronúncia. Desclassificação da infração penal. Absolvição sumária. Intimação da pronúncia. Libelo crime-acusatório. Fase de preparação do Plenário. Organização e composição do Tribunal do Júri e função do jurado. Julgamento em Plenário. **Conceito:** Teoria Geral dos Recursos. **Subconceitos:** Conceito. Fundamento. Classificação dos recursos. Pressupostos recursais. Juízo de admissibilidade (ou de prelibação). Extinção anormal dos recursos. Efeitos dos recursos. Reformatio in pejus. Dos recursos em espécie. Recurso em sentido estrito. Apelação. Embargos infringentes e de nulidade. Protesto por novo júri. Embargos de declaração. Revisão criminal. Carta testemunhável. Correição parcial. Reclamação. Habeas corpus. Mandado de segurança. Recurso extraordinário. Recurso especial. **Conceito:** Das Nulidades. **Subconceitos:** Conceito. Atos inexistentes e irregulares. Princípios que regem as nulidades. Desatendimento de normas constitucionais. Nulidade em inquérito policial. Divisão legal entre nulidades absolutas e

relativas. Espécies de nulidade absoluta. Espécies de nulidade relativa. Momento para arguição das nulidades relativas. Convalidação e contaminação das nulidades.

Bibliografia

Básica

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal.** Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez.

PACELLI, Eugênio. **Curso de processo penal.** 25. ed. São Paulo: Atlas, 2021. Minha Biblioteca

BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. In: EDITORA SARAIVA. **Códigos Penal, Processo Penal e Constituição Federal.** São Paulo: Saraiva

Complementar

AVENA, Norberto. **Processo Penal.** 13 ed. Rio de Janeiro: Método, 2021. Minha Biblioteca

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. Minha Biblioteca.

E CASTRO, Danielle Dornella Helpes; GOMES, Walker Oliveira. Processo penal: os recursos e a morosidade do sistema judicial como causas de impunidade no persecutio criminis. **Revista de trabalhos acadêmicos da FAM**, v. 6., n. 1, Americana, 2021. (Biblioteca Online)

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal.** 28 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Minha Biblioteca

Direito Processual Civil III

Conceito: Processo de Execução. Subconceitos: Tutela executiva. Competência para a execução. Modificação ou prorrogação da competência. Prevenção do juízo executivo. Declaração de incompetência na execução. Conflito de competência na execução. Requisitos ou pressupostos processuais da execução. Títulos executivos. Cumulação de execuções. Atos do processo executivo. Partes na execução. Posição do cônjuge ou companheiro na execução. Sucessão processual na execução. Litisconsórcio na execução. Intervenção de terceiros no processo de execução. Responsabilidade patrimonial. Responsabilidade originária Responsabilidade secundária. Responsabilidade envolvendo direito de superfície. Fraude à execução. Atos atentatórios à dignidade da justiça. Execuções em espécie. Execução para entrega de coisa certa. Execução para entrega de coisa incerta. Execução das obrigações de fazer e de não fazer. Execução por quantia certa. Execução contra a Fazenda Pública.

Execução de alimentos. Execução fiscal. Execução por quantia certa contra devedor insolvente. Embargos do executado. Suspensão e extinção do processo de execução. Conceito: Procedimentos especiais. Subconceitos: Ação de consignação em pagamento. Ação de exigir contas. Ações possessórias. Ação de divisão e de demarcação de terras particulares. Ação de dissolução parcial de sociedade. Inventário e partilha. Embargos de terceiro. Oposição. Habilitação. Ações de família. Ação monitória. Homologação do penhor legal. Conceito: Procedimentos especiais de jurisdição voluntária. Subconceitos: Da formação de coisa julgada nos procedimentos de jurisdição voluntária. Procedimentos previstos no art. 725. Notificação e interpelação. Alienações judiciais. Divórcio e separação consensuais; extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio. Testamentos e codicilos. Herança jacente. Dos bens dos ausentes. Das coisas vagas. Da interdição. Da organização e da fiscalização das fundações. Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo.

Bibliografia

Básica

BRASIL. Código de Processo Civil (1973). **Código de Processo Civil Brasileiro**. Brasília, DF: Senado, 1973

DONIZETTI, Elpídio. **Curso de direito processual civil**. 24 ed. São Paulo: Atlas, 2021. Minha Biblioteca

SÁ, Renato Montans. **Manual de Direito Processual Civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021. Minha Biblioteca

Complementar

BRITO, A. L. C.; SALTON, L. C. B.; DA SILVA, JADSON FERNANDES; LEANDRO, E.; DE SOUZA, M. S.; FAGUNDES, D. L. A RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL NO PROCESSO DE EXECUÇÃO. **Revista FAROCIENCIA** (ISSN 2359-1846), v. 5, n. 1, 21 mar. 2019. (Biblioteca Online)

LOURENÇO, Haroldo. **Processo civil sistematizado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense; Método, 2021. Minha Biblioteca.

RIBEIRO, Marcelo. **Processo civil**. 2. ed. Barueri: Forense; Grupo GEN, 2019. Minha Biblioteca.

BUENO, Cassio Scarpinella Bueno. **Manual de direito processual civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Minha Biblioteca.

Seminário VI

Integralização dos conhecimentos desenvolvidos no semestre a partir dos componentes curriculares específicos. Aplicação dos conceitos teóricos, por meio de situações reais de aprendizagem, no contexto da profissão e complexidade de acordo com os níveis de cada estudante, promovendo Iniciação Científica e Extensão, além da ampliação de habilidades e competências específicas do curso além de competências transversais como autonomia, liderança, capacidade crítica, trabalho em equipe, empatia, responsabilidade social e comprometimento, mediação de conflitos, adaptabilidade, comunicação oral e escrita, resolução de problemas, planejamento e organização (gestão do tempo e do conhecimento), com vistas a preparar o estudante para o futuro, de maneira interdisciplinar, transversal e orgânica/contínua.

Bibliografia

Bibliografias que contemplam as disciplinas do semestre

SÉTIMO SEMESTRE

Direito do Trabalho

Conceito: Conceito de Direito do Trabalho. Fontes e princípios em Direito do trabalho. Empregado e Empregador. Contrato de Trabalho. Extinção do Contrato de trabalho. Férias. Aviso Prévio. FGTS. Estabilidade. Segurança e Medicina do Trabalho. Direito do Menor e Direito da Mulher. Direito Coletivo e Direito de Greve. Dissídio coletivo, ação rescisória e outros procedimentos.

Bibliografia

Básica

RICARDO, RESENDE, Direito do Trabalho. São Paulo: Grupo GEN, 2020. (Minha Biblioteca).

ALMEIDA, Amador.Paes. D. CLT comentada, 9ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. (Minha Biblioteca).

PEREIRA, Leone. Manual de processo do trabalho. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. (Minha Biblioteca).

Complementar

CALVO, Adriana. **Manual de direito do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Série IDP: Linha Doutrina). (Minha Biblioteca).

Direito Previdenciário

Conceito: Previdência Social. Subconceito: Histórico da Previdência Social. A Previdência Social no Brasil. Custeio. Beneficiários. Benefícios Previdenciários. Conceito: Acidentes do Trabalho. Subconceito: Acidente e Doença do Trabalho. Benefícios Acidentários. Conceito: Conceitos e Princípios da Seguridade Social. Subconceitos: Saúde. Assistência Social (LOAS). Conceito: Prática Previdenciária.

Bibliografia

Básica

SANTOS, Marisa Ferreira D. **Esquematizado – Direito Previdenciário**. 11. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. Minha Biblioteca.

AGOSTINHO, Theodoro. **Manual de direito previdenciário**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Minha Biblioteca

ALVES, Hélio Gustavo. **Guia prático dos benefícios previdenciários**: de acordo com a Reforma Previdenciária – EC 103/2019. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca).

Complementar

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca).

Direito Processual Civil IV

Conceito: Procedimentos nos Juizados Especiais Cíveis – Leis nº 9.099/1995, 10.259/2001 e 12.153/2009. Subconceitos: O microsistema dos Juizados Especiais Cíveis. Juizados Especiais Cíveis estaduais (Lei nº 9.099/1995). Juizados Especiais Cíveis federais (Lei nº 10.259/2001). Juizados Especiais Cíveis da Fazenda Pública dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios (Lei nº 12.153/2009). Princípios orientadores do processo nos Juizados Especiais Cíveis. Composição dos Juizados Especiais Cíveis. Competência dos Juizados Especiais Cíveis. Capacidade de ser parte e capacidade processual. Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais estaduais (Lei nº 9.099/1995). Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais federais (Lei nº 10.259/2001). Capacidade de ser parte nos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009). Capacidade postulatória. Intervenção de terceiro e litisconsórcio. Intervenção do Ministério Público. Medidas de urgência. Os atos

processuais nos Juizados Especiais Cíveis. Os atos processuais nos Juizados Especiais estaduais. Os atos processuais nos Juizados Especiais federais. Os atos processuais nos Juizados Especiais da Fazenda Pública. Extinção do processo sem resolução do mérito. Sequência dos atos do procedimento nos Juizados Especiais. Sequência dos atos nos Juizados Especiais estaduais. Sequência dos atos nos Juizados Especiais federais. Sequência dos atos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública. Recursos cabíveis. Outros meios de impugnação das decisões. O não cabimento do reexame necessário nos Juizados Especiais federais e nos Juizados Especiais da Fazenda Pública. Os prazos do CPC/2015 e as influências no procedimento sumaríssimo. Cumprimento de sentença e execução de títulos extrajudiciais Juizados Especiais estaduais. Juizados Especiais federais. Juizados Especiais da Fazenda Pública.

Bibliografia

Básica

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de Direito Processual Civil: procedimentos especiais codificados e da legislação esparsa, jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária, processos nos tribunais e juizados especiais.** Vol. 3. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

SANTOS, Ernane Fidélis dos. **Manual de direito processual civil: procedimentos especiais codificados e da legislação esparsa, jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária, processo nos tribunais e juizados especiais.** Vol. 3. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Minha Biblioteca)

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Curso de direito processual civil.** Vol. 2. 15. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. (Minha Biblioteca)

Complementar

GONÇALVES, Marcus Vinícius Rios. **Curso de direito processual civil.** Vol. 3. 13. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. (Minha Biblioteca)

THEODORO JR., Humberto. **Curso de Direito Processual Civil.** Vol. 2. 54. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca)

Responsabilidade Civil e Direito do Consumidor

Conceito: Código de Defesa do Consumidor. Subconceitos: Análise da construção do sistema jurídico de defesa do consumidor em perspectiva histórico-dogmática. Conceitos e princípios básicos do Código de Defesa do Consumidor (CDC). Âmbito de aplicação do CDC.

Conceito: Sujeitos da relação de consumo: Consumidor. Subconceitos: Definição. Características. Direitos e obrigações (prazos para reclamação e arrependimento). Ônus da

prova. Defesa do Consumidor em juízo. **Conceito:** Sujeitos da relação de consumo: Fornecedor. Subconceitos: Noções introdutórias. Responsabilidade pelo fato e/ou produto ou serviço. Desconsideração da personalidade jurídica. Propaganda enganosa e abusiva. **Conceito:** Responsabilidade Civil no Direito do Consumidor. Subconceitos: Diálogo entre o Direito Civil e o Direito do Consumidor. Pressupostos. Excludentes. Prescrição e decadência. **Conceito:** Direito Digital do Consumidor. Subconceitos: Proteção de Dados Pessoais Sensíveis do Consumidor (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD). Consumidor online. Comércio eletrônico e e-Business. Publicidade online. Responsabilidade nas relações de consumo por meio eletrônico.

Bibliografia

Básica

BOMFIM, Silvano Andrade do. **Responsabilidade civil dos prestadores de serviços no código civil e no código de defesa do consumidor.** Rio de Janeiro: Forense, 2013. (Biblioteca Virtual Minha Virtual)

SILVA NETO, Orlando Celso da. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor.** Rio de Janeiro: Forense, 2013. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

NUNES, Rizzatto. **O Código de Defesa do Consumidor e sua interpretação jurisprudencial.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Complementar

OLIVEIRA, James Eduardo. **Código de Defesa do Consumidor:** anotado e comentado – doutrina e jurisprudência. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

BRASIL. **Código de Defesa do Consumidor:** Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. 9. ed. Barueri, SP: Manole, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

ARAGÃO, Alexandre de. **Curso de Direito Administrativo.** 2. ed. Rio de Janeiro: 2013. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

AZEVEDO, Ney Queiroz de. **Direito do Consumidor.** Curitiba: Intersaberes, 2015. (Biblioteca Virtual Pearson)

ALCANTARA, Silvano Alves. **Direito empresarial e o direito do consumidor.** Curitiba: InterSaberes 2017. (Biblioteca Virtual Pearson)

Estágio de Prática Jurídica I

Conceito: Atividades exclusivamente práticas, consistentes na formação de processos simulados, ou não, com redação de peças e atos processuais, e de rotinas processuais civis.

Exames de processos findos. Acompanhamento a audiências e sessões dos Tribunais. Visitas a órgãos judiciários e outros da área jurídica. Seminários e trabalhos simulados ou não. Observação e ação das práticas profissionais dos diversos operadores do direito. Atividades práticas tendo por base processos já concluídos, e relativos à natureza de crimes que envolveram todos os ritos procedimentais, proporcionando ao aluno, um sólido conhecimento de toda a tramitação e incidentes ocorridos com contato efetivo de todas as peças. Redação de peças então conhecidas, sobre hipóteses abstratas. Visitas às sedes dos órgãos repressivos penais, com a finalidade de conhecer o funcionamento prático da persecução penal. Pesquisa facultativa sobre temas da atualidade e polêmicos. Estágio praticado sob o controle, orientação e avaliação do Núcleo de Prática Jurídica. O estágio abordará de forma transversal Provas: Teoria geral da prova, Conceito de prova, Conceito de prova digital, Pressupostos de validade e de utilidade da prova digital, Princípios processuais que orientam a atividade probatória, Ônus da prova, Prova emprestada, Compliance, Prova documental, Fornecimento de informações pelos provedores de internet, Prova pericial, Blockchain.

Bibliografia

Básica

ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática no processo civil**. 22. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

LUZ, Valdemar P. da. **CPC Passo a Passo**. 4. ed. Barueri: Manole, 2017. (Minha Biblioteca)

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Manual de prática do processo civil**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2016. (Minha Biblioteca)

Complementar

ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática de recursos no processo civil**. 4. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2017. (Minha Biblioteca)

ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática de contestação no processo civil** 5. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. (Minha Biblioteca)

FULGÊNCIO, Tito. **Da posse e das ações possessórias: teoria legal e prática**. 12. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. (Minha Biblioteca)

HABERMANN JUNIOR, Cláudio. **Usucapião judicial e extrajudicial no novo CPC: doutrina, legislação, jurisprudência, prática forense judicial e extrajudicial**. Leme, SP: Habermann, 2016.

OITAVO SEMESTRE

Direito Administrativo

Conceito: Noções Introdutórias. Subconceitos: Formação. Fontes. Conceito. Conceito: Servidores Públicos. Subconceitos: Provisão e investidura. Direitos, deveres e responsabilidade. Vacância. Conceito: Sujeitos do Direito Administrativo. Subconceitos: Entidades políticas e administrativas. Administração direta. Administração indireta. Conceito: Atos administrativos. Subconceitos: Conceito. Características. Classificação. Requisitos. Invalidez. Atos nulos e anuláveis. Conceito: Contratos Administrativos. Subconceitos: Características. Modalidades. Rescisão.

Bibliografia

Básica

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. Minha Biblioteca

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, 1990.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. (Minha Biblioteca).

Complementar

KNOPLOCK, Gustavo Mello. **Manual de direito administrativo: teoria, doutrina e jurisprudência**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018 (Minha Biblioteca).

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2020. (Minha Biblioteca).

Direito Processual do Trabalho

Processo do Trabalho: Princípios. Características e Competência da Justiça do Trabalho. O Processo de Conhecimento e os respectivos procedimentos. Os recursos no Processo do Trabalho. A execução no Processo do Trabalho.

Bibliografia

Básica

PEREIRA, Leone. **Manual de processo do trabalho**. São Paulo: Editora Saraiva, 2020. (Minha Biblioteca).

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Série IDP: Linha Doutrina). (Minha Biblioteca).

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Série IDP: Linha Doutrina). (Minha Biblioteca)

Complementar

KERTZMAN, Ivan. **Guia Prático da Previdência Social**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. (Minha Biblioteca)

ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática no processo civil**. 22. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. (Minha Biblioteca)

Direito Internacional Público e Privado

Conceito: Direito Internacional Público. Subconceitos: Formação. Fontes. Conceito. Relações com o Direito interno. Sujeitos. Estado e organismos internacionais e a resolutividade de controvérsias internacionais. Espaços internacionais. Conflitos da lei no espaço. Extradicação.

Conceito: Direito Internacional Privado. Subconceitos: Conceito. Conflito de lei. Análise de jurisdição competente. Análise de lei aplicável. Cláusulas contratuais de eleição de lei aplicável ou jurisdição competente. Homologação e execução de sentença estrangeira. Nacionalidade e mobilidade humana: Imigração e refugiados.

Bibliografia

Básica

AMARAL JUNIOR, Alberto. **Direito internacional e desenvolvimento**. Barueri, SP: Manole, 2005. (Minha Biblioteca)

MAZZUOLI, Valerio Oliveira. **Curso de Direito Internacional Privado**. 2. ed. São Paulo: Forense, 2017. (Minha Biblioteca)

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Minha Biblioteca)

Complementar

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito Internacional Privado: teoria e prática**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Minha Biblioteca)

SALIBA, Aziz Tuffi. (Org.) **Legislação de Direito internacional**. 11. ed. São Paulo: Rideel, 2016. (Biblioteca Virtual Pearson)

GUERRA, Sidney. **Curso de direito internacional público**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Minha Biblioteca)

BASSO, Maristela. **Curso de Direito Internacional Privado**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016. (Minha Biblioteca)

TEIXEIRA, Carla Noura. **Direito internacional para o século XXI**. São Paulo: Saraiva, 2013. (Minha Biblioteca)

Direito Tributário

CONCEITO I – Noções introdutórias. SUBCONCEITOS: 1. Conceito. 2. Natureza jurídica. 3. Princípios constitucionais que regem o Direito Tributário. **CONCEITO II – Sistema tributário nacional. SUBCONCEITOS:** 1. Tributos em espécie. 2. Fato gerador. 3. Competência tributária e legislação aplicável. 4. Crédito tributário e seus elementos. 5. Ilícito tributário. 6. Imunidades. **CONCEITO III – Sujeição ativa e passiva do Direito Tributário. SUBCONCEITOS:** 1. Competência e capacidade tributária. 2. Limitações constitucionais ao poder de tributar. **CONCEITO IV – Direito Financeiro: SUBCONCEITOS:** 1. Receitas e Despesas Públicas. 2. As leis Orçamentárias: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual

Bibliografia

Básica

SCHOUERI, Luis. E. **Direito Tributário**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021. (Minha Biblioteca)

EDUARDO, SABBAG,. *Código Tributário Nacional Comentado, 2ª edição*. São Paulo: Grupo GEN, 2018.

MEIRELLES, José Ricardo. O princípio da capacidade contributiva. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília a. 34 n. 136 out./dez. 1997

Complementar

SABBAG, Eduardo Moraes. **Direito Tributário Essencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. (Minha Biblioteca).

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Minha Biblioteca).

BORBA, Claudio. **Direito Tributário**. 28.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. (Minha Biblioteca)

Estágio de Prática Jurídica II

Atividades exclusivamente práticas, consistentes na formação de processos simulados, ou não, com redação de peças e atos processuais, e de rotinas processuais penais. Exames de

processos findos. Acompanhamento a audiências e sessões dos Tribunais. Visitas a órgãos judiciários e outros da área jurídica. Seminários e trabalhos simulados ou não. Observação e ação das práticas profissionais dos diversos operadores do direito. Atividades práticas tendo por base processos já concluídos, e relativos à natureza de crimes que envolveram todos os ritos procedimentais, proporcionando ao aluno, um sólido conhecimento de toda a tramitação e incidentes ocorridos com contato efetivo de todas as peças. Redação de peças então conhecidas, sobre hipóteses abstratas. Visitas às sedes dos órgãos repressivos penais, com a finalidade de conhecer o funcionamento prático da persecução penal. Pesquisa facultativa sobre temas da atualidade e polêmicos. Estágio praticado sob o controle, orientação e avaliação do Núcleo de Prática Jurídica. O estágio abordará de forma transversal o conceito Provas: Teoria geral da prova, Conceito de prova, Conceito de prova digital, Pressupostos de validade e de utilidade da prova digital, Princípios processuais que orientam a atividade probatória, Ônus da prova, Prova emprestada, Compliance, Prova documental, Fornecimento de informações pelos provedores de internet, Prova pericial, Blockchain.

Bibliografia

Básica

ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática no processo civil**. 22. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. (Minha Biblioteca)

LUZ, Valdemar P. da. **CPC Passo a Passo**. 4. ed. Barueri: Manole, 2017. (Minha Biblioteca)

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Manual de prática do processo civil**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2016. (Minha Biblioteca)

Complementar

ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática de recursos no processo civil**. 4. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2017. (Minha Biblioteca)

ARAUJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática de contestação no processo civil** 5. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. (Minha Biblioteca)

FULGÊNCIO, Tito. **Da posse e das ações possessórias: teoria legal e prática**. 12. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. (Minha Biblioteca)

HABERMANN JUNIOR, Cláudio. **Usucapião judicial e extrajudicial no novo CPC: doutrina, legislação, jurisprudência, prática forense judicial e extrajudicial**. Leme, SP: Habermann, 2016. (Minha Biblioteca)

LUZ, Valdemar P. da. **Manual Do Advogado Advocacia Prática Civil, Trabalhista e Criminal**. 30. ed. Barueri: Manole, 2018. (Minha Biblioteca)

NONO SEMESTRE

Psicologia Jurídica e formas Alternativas de Solução de Conflitos

Bases do comportamento humano e Transtorno Mental. Psicopatologia e implicações jurídicas. Psicologia aplicada às Varas de Família e Sucessões: Conjugalidade e divórcio, disputa de guarda, regulamentação de visitas, alienação parental. Violência doméstica contra a mulher e a lei Maria da Penha. Violência contra crianças nas interações familiares. Psicologia aplicada às Varas da Infância e da Juventude e as Medidas de Proteção: Psicologia aplicada à Vara Especial (adolescente autor de ato infracional) e as Medidas Socioeducativas. Menor infrator, abrigo, reintegração ao meio social. Psicologia aplicada às Varas Cíveis: interdição, indenização por erro médico, etc. Psicologia aplicada às Varas Criminais e às Instituições Penais: medida de segurança, imputabilidade penal, prisões. A perícia psicológica no contexto jurídico: fundamentação e instrumentos. O psicólogo no contexto jurídico: Perito e assistente técnico. Comunicação não violenta: Expressão de sentimentos e necessidades. Justiça restaurativa e os Círculos da Paz. Solução dos conflitos: Conceito de conflito, Tipos de conflito. Distinção entre autocomposição e heterocomposição. Soluções extrajudiciais de conflitos: Negociação, conciliação, mediação e arbitragem. Negociação: definição e passos da negociação. Conciliação: definição, classificação e planejamento da sessão. Mediação: definição, ambiente, cláusulas, tipos, princípios, técnica, mediador. Arbitragem: definição, característica e lei de arbitragem. Diferenças e Semelhanças entre Mediação e Conciliação. Novo Código de Processo Civil: Disposições gerais relativas à matéria, convenções processuais, obrigatoriedade da audiência de mediação/conciliação inicial.

Bibliografia

Básica

AZEVEDO, André Gomma de (org.). **Manual de Mediação Judicial**. 6ª Edição. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Justiça, 2016.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Manual de arbitragem e mediação: conciliação e negociação**. 4. ed., São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

FIORELLI, José, MANGINI, R. **Psicologia Jurídica**. 10. ed., São Paulo: Atlas, 2020.

Complementar

FELDMAN, Ruth D.; PAPALIA, D. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PUTHIN, Sarah Reus. **Psicologia Jurídica [recurso eletrônico]**. Porto Alegre: SAGAH, 2018.

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. 5. ed., Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas**. 7 ed., Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020.

PINHEIRO, Carla. **Manual de psicologia jurídica**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

Processos Constitucional e Administrativo

Conceito: Processo Constitucional. Subconceito: Constituição e Processo. Garantias Constitucionais Processuais. Conceito: Ações constitucionais. Subconceito: Habeas Corpus. Habeas Data. Mandado de Segurança individual e coletivo. Mandado de Injunção. Ação Popular. Ação Civil Pública. As ações constitucionais na justiça eleitoral. Conceito: Controle de Constitucionalidade. Subconceito: Definição e modalidades. Controle difuso. Controle concentrado genérico. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Controle concentrado por omissão. Reclamação. Representação interventiva. Conceito: Processo administrativo. Subconceito: definição, princípios e garantias. Conceito: Procedimentos administrativos e Peças Processuais. Subconceito: Retomada das ações constitucionais no processo administrativo (Habeas data, Mandado de segurança, Ação popular, Ação civil pública, petição inicial, contestação). Conceito: Recursos cabíveis. Jurisprudência.

Bibliografia

Básica

LUNARDI, Soraya. **Teoria do processo constitucional: análise de sua autonomia, natureza e elementos**. Grupo GEN, 2013. (Minha Biblioteca)

BARROSO, Darlan; JUNIOR, Marco A. **Col. Prática Forense - Prática administrativa - Vol 1**. Editora Saraiva, 2019. (Minha Biblioteca)

DIMOULIS, Dimitri e LUNARDI, Soraya. **Curso de Processo Constitucional**. 4. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Atlas, 2016. (Minha biblioteca).

Complementar

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (Minha biblioteca).

BARROSO, Luís Roberto. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro:** exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. 8. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Minha biblioteca).

Optativa

De acordo com a disciplina escolhida que pode ser:

- *Direito das Relações Internacionais
- *Direitos Humanos e Cidadania
- *Educação Ambiental para Sustentabilidade
- *Equivalentes Jurisdicionais
- *Espanhol Instrumental
- *Inglês Instrumental
- *Jurisprudência Civil
- *Jurisprudência Penal
- *Jurisprudência Trabalhista
- *LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
- *Matemática Comercial e Financeira Aplicada ao Direito
- *Organização Judiciária
- *Processo Administrativo
- *Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência
- *Responsabilidade Civil
- *Temas Emergentes de Direito
- *Tópicos Especiais de Direito Comercial
- *Tópicos Especiais de Direito do Trabalho e Social
- *Tutela dos Direitos e Interesses Supra-Individuais
- *Direito Eleitoral

Estágio de Prática Jurídica III

Conceito: Atividades exclusivamente práticas, consistentes na formação de processos simulados trabalhistas. Subconceitos: Redação de peças e atos processuais. Redação de peças recursais. Redação de sentenças e acordão trabalhistas. Análise de processos e julgados trabalhistas. Conceito: Atividades conveniada junto à Defensoria Pública, ou outros órgãos jurídicos e ou OAB. Subconceitos: Assistência jurídica à população menos favorecida, a ser prestada no Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, ou através de convênios com órgãos públicos,

associações ou escritórios credenciados e acompanhados pelo NPJ e pela OAB. Conceito: Práticas simuladas de Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho. Práticas simuladas de Direito Previdenciário. Subconceitos: Assistência jurídica à população menos favorecida, a ser prestada no Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, ou através de convênios com órgãos públicos, associações ou escritórios credenciados e acompanhados pelo NPJ e pela OAB. Conceito: Prática de formas alternativas de resolução de conflito. O estágio abordará de forma transversal o conceito de Provas: Teoria geral da prova, Conceito de prova, Conceito de prova digital, Pressupostos de validade e de utilidade da prova digital, Princípios processuais que orientam a atividade probatória, Ônus da prova, Prova emprestada, Compliance, Prova documental, Fornecimento de informações pelos provedores de internet, Prova pericial, Blockchain.

Bibliografia

Básica

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática no processo civil**. 22. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. (Minha Biblioteca)

KERTZMAN, Ivan. **Guia Prático da Previdência Social**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. (Minha Biblioteca)

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Minha Biblioteca)

Complementar

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática de recursos no processo civil**. 4. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2017. (Minha Biblioteca)

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática de contestação no processo civil** 5. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. (Minha Biblioteca)

FULGÊNCIO, Tito. **Da posse e das ações possessórias: teoria legal e prática**. 12. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. (Minha Biblioteca)

HABERMANN JUNIOR, Cláudio. **Usucapião judicial e extrajudicial no novo CPC: doutrina, legislação, jurisprudência, prática forense judicial e extrajudicial**. Leme, SP: Habermann, 2016. (Minha Biblioteca)

LUZ, Valdemar P. da. **Manual Do Advogado Advocacia Prática Civil, Trabalhista e Criminal**. 30. ed. Barueri: Manole, 2018. (Minha Biblioteca)

DÉCIMO SEMESTRE

Ética Geral e Jurídica

Conceito: Ética Geral. Subconceitos: Noções sobre ética e moral. Conceito: Ética Profissional. Subconceitos: Ética e profissão. Ética e profissão jurídica. O Controle da Conduta dos Profissionais do direito. Consciência Ética do Jurista. Conceito: Ética do advogado. Subconceitos: Função social e profissão. Advocacia-Geral da União e Procuradoria do Estado: função constitucional e exercício público. Defensoria Pública: função constitucional. Deontologia ética e advocacia: os princípios. Coercitividade ética: o processo e as sanções. Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil. Código de Ética e Disciplina. Conceito: Ética do promotor. Subconceitos: Ministério Público: órgão essencial à administração da justiça. Atribuições do Ministério Público. Prerrogativas e garantias do membro do Ministério Público. Os deveres do Promotor de Justiça. Lei Orgânica Nacional do Ministério Público. Conceito: Ética do juiz de direito. Subconceitos: Ética e poder jurisdicional. Ética e atribuições judiciais. Desafios éticos e desafios democráticos do Judiciário. O compromisso social do juiz. Deveres do juiz. Código de Ética da Magistratura. Conceito: Órgãos Auxiliares Da Justiça. Subconceitos: Os órgãos auxiliares da Justiça. Oficial de Justiça. Tabeliães e Oficiais dos Registros Públicos. Requisitos para ingresso nas atividades Notarial e de Registrador. Deveres jurídicos dos Notários e Registradores. Conceito: A Polícia Judiciária.

Bibliografia

Básica

ALMEIDA, Guilherme de, A. e CHRISTMANM, Martha Ochsenhofer. **Ética e Direito: Uma Perspectiva Integrada**. Barueri: Grupo GEN, 2009.

(Minha Biblioteca)

SANCHEZ, Alessandro. **Ética Profissional e Filosofia do Direito**. Barueri: Grupo GEN, 2016. (Minha Biblioteca)

LIMA, Luis Gustavo Maia. As medidas de natureza disciplinar no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). **Revista Jurídica Corregedoria Regional: a atuação fiscalizadora das Corregedorias do Ministério Público**. vol. 3. p. 11-34 Conselho Nacional do Ministério Público, Brasília: CNMP, 2017.

Complementar

COSTA, Elcias Ferreira da. **Deontologia jurídica: ética das profissões jurídicas**. Rio de Janeiro: Forense, 2013. (Minha Biblioteca)

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Curso de ética jurídica: ética geral e profissional**. 15 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, p. 58 – 74/ p. 488 - 499. (Minha Biblioteca).

ARAUJO JUNIOR, Marco Antonio. **Gabaritando Ética**. 3 ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p.15-35/43-86 (Minha Biblioteca).

LÔBO, Paulo. **Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB**. 12 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019, p. 282-287 (Minha Biblioteca)

Direito Ambiental e Agrário

Conceito: Conhecer a questões agrárias. Subconceitos: Noções preliminares de direito agrário: origem e evolução histórica do direito agrário no Brasil. Institutos Jurídicos do Direito Agrário. Propriedade Territorial Rural. Reforma Agrária. Política agrícola: os contratos agrários. Atividade rural. Assistência financeira e creditícia. Conceito: Conhecer o Direito Ambiental. Subconceitos: Noções preliminares de Direito Ambiental: conceito e princípios de Direito Ambiental. Tutela Constitucional de Meio Ambiente. Competências Ambientais: Política Nacional do Meio Ambiente. Política Nacional de Recursos Hídricos. Licenciamento Ambiental. Responsabilidade e Dano Ambiental. Ministério Público e o Poder Judiciário na proteção Tutela Jurisdicional. Direito Urbanístico. Código Florestal.

Bibliografia

Básica

SIRVINKAS, Luis Paulo (Org.). **Legislação de direito ambiental**. 11. ed. São Paulo: Rideel, 2016. (Biblioteca Virtual Pearson)

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental esquematizado**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

MARQUES, Benedito Ferreira; MARQUES, Carla Regina Silva. **Direito agrário brasileiro**. 12. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Complementar

GIACOMELLI, Cinthia Louzada Ferreira. **Direito e legislação ambiental**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

MATTOS NETO, Antonio José de. **Curso de direito agroambiental brasileiro**. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

TRENNEPOHL, Terence Dorneles. **Manual de direito ambiental**. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

OPITZ, Silvia C. B.; OPITZ, Oswaldo. **Curso completo de direito agrário**. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

TRENTINI, Flavia. **Teoria geral do direito agrário contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2012. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Estágio de Prática Jurídica IV

Atividades exclusivamente práticas, consistentes na formação de processos simulados, ou não, com redação de peças e atos processuais, e de rotinas processuais diversas, podendo incluir administrativo, previdenciário, tributário, etc. Exames de processos findos. Acompanhamento a audiências e sessões dos Tribunais. Visitas a órgãos judiciários e outros da área jurídica. Seminários e trabalhos simulados ou não. Observação e ação das práticas profissionais dos diversos operadores do direito. Atividades práticas tendo por base processos já concluídos, e relativos à natureza de crimes que envolveram todos os ritos procedimentais, proporcionando ao aluno, um sólido conhecimento de toda a tramitação e incidentes ocorridos com contato efetivo de todas as peças. Redação de peças então conhecidas, sobre hipóteses abstratas. Visitas às sedes dos órgãos repressivos penais, com a finalidade de conhecer o funcionamento prático da persecução penal. Pesquisa facultativa sobre temas da atualidade e polêmicos. Estágio praticado sob o controle, orientação e avaliação do Núcleo de Prática Jurídica. O estágio abordara de forma transversal o conceito Provas: Teoria geral da prova, Conceito de prova, Conceito de prova digital, Pressupostos de validade e de utilidade da prova digital, Princípios processuais que orientam a atividade probatória, Ônus da prova, Prova emprestada, Compliance, Prova documental, Fornecimento de informações pelos provedores de internet, Prova pericial, Blockchain.

Bibliografia

Básica

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática no processo civil**. 22. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018. (Minha Biblioteca)

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Minha Biblioteca)

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Processual Penal**. 15 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. (Minha Biblioteca)

Complementar

ARAÚJO JÚNIOR, Gediel Claudino de. **Prática de recursos no processo civil**. 4. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2017. (Minha Biblioteca)

FULGÊNCIO, Tito. **Da posse e das ações possessórias: teoria legal e prática**. 12. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015. (Minha Biblioteca)

LUZ, Valdemar P. da. **Manual Do Advogado Advocacia Prática Civil, Trabalhista e Criminal**. 30. ed. Barueri: Manole, 2018. (Minha Biblioteca)

MUNARO, Mariel. **Sistema penitenciário e execução penal**. Curitiba: InterSaberes, 2017. (Biblioteca Virtual Pearson)

NUCCI, Guilherme de Souza. **Prática forense penal**. 10. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018. (Minha Biblioteca)

Trabalho de Conclusão de Curso

Conceito: Elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Subconceitos: Redação final do TCC. Preparação, apresentação e defesa da Monografia perante Banca Examinadora.

Bibliografia

De acordo com o tema escolhido.

OPTATIVAS

Direito das Relações Internacionais

A sociedade internacional. Os sujeitos da ordem internacional. Diplomacia e política externa. Problemas internacionais contemporâneos. Organizações internacionais. Organismos internacionais especializados. O direito dos “tratados”.

Bibliografia

Básica

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2016.

ANDRADE, Agenor Pereira de. **Manual de direito internacional privado**. São Paulo: Sugestões Literárias, 1975.

ANDRADE, Maria Inês. **A interdisciplinaridade como característica das relações internacionais**. Belo Horizonte: UFMG, 1992.

Complementar

RANGEL, Vicente Marotta (org.). **Direito e relações internacionais**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

ACCIOLY, Elizabeth. **Mercosul & União européia: estrutura jurídico institucional**. Curitiba: Juruá, 1996.

ALMEIDA, P.R. **O Mercosul no contexto regional e internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 1993.

ANDRADE, E.G.L. **O Mercosul e as relações de trabalho**. São Paulo: LTR, 1993.

ENGELBERG, Esther. **Contratos internacionais do comércio**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

Direitos Humanos e Cidadania

O direito da maioria e o direito das minorias; direitos coletivos e direitos individuais; discriminação racial; direitos sexuais e reprodutivos; a discriminação com base no gênero; direitos dos povos indígenas. A Constituição Brasileira de 1988 e os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos. O sistema internacional de proteção dos direitos humanos e a redefinição da cidadania no Brasil.

Bibliografia

Básica

BULOS, Uadi Lammêgo. **Direito constitucional ao alcance de todos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

BITTAR, Eduardo C. B. **Ética, educação, cidadania e direitos humanos: estudos filosóficos entre cosmopolitismo e responsabilidade social**. Barueri: Manole, 2004.

Complementar

GORCZEVSKI, Clovis. **Direitos humanos, educação e sociedade**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GORCZEVSKI, Clovis. **Constitucionalismo contemporâneo: desafios modernos**. Curitiba: Multideia, 2011.

GORCZEVSKI, Clovis. **Direitos humanos e participação política**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2012.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional: teoria do Estado e da constituição: Direito constitucional positivo**. 14. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

Educação Ambiental para Sustentabilidade

A Educação Ambiental como eixo para a sustentabilidade do desenvolvimento. Características, funções e objetivos da Educação Ambiental para a Sustentabilidade

Bibliografia

Básica

ODUM, Eugene P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Petrópolis, 2013.

BARRETT, Gary W. **Fundamentos de ecologia**. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Complementar

MATTA, Caroline Rodrigues da. **Sustentabilidade ou sustentabilidades?** A conceituação do termo pelos pesquisadores em educação ambiental. Rio Grande: FURG, 2013. Disponível em: <<http://www.argo.furg.br/bdtd/0000010362.pdf>>.

LOUREIRO, C. F. B. et al. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, Mário Jorge da Silva. **Meio ambiente e tecnologia**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.

BRAGA, Benedito. **Introdução à engenharia ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2013.

TOMAZ, Plínio. **Poluição difusa: trincheiras de infiltração, bacia de infiltração, pavimento permeável, poluição difusa, first flush, gestão ambiental, wetland, custos, canais gramados**. São Paulo: Navegar Editora, 2006.

Equivalentes Jurisdicionais

Modos de aplicação da ordem jurídica: formas autocompositivas e heterocompositivas de solução de conflitos. Autotutela. Autocomposição. Mediação. Arbitragem. Teoria geral da arbitragem. Arbitragem no direito brasileiro.

Bibliografia

Básica

ALVIM, José Eduardo C. **Elementos de Teoria Geral do Processo**. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

CARMONA, Carlos A. **A arbitragem e processo**. São Paulo: Malheiros Editores, 1993.

ROCHA, José de Albuquerque. **Teoria Geral do Processo**. São Paulo: Malheiros, 1996.

Complementar

MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. **Teoria geral do processo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

DINAMARCO, Cândido R. et al. **Teoria geral do processo**. São Paulo: Malheiros, 1974.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Curso de processo civil** – teoria geral do processo. São Paulo: RT, 2016.

MARQUES, José Frederico. **Manual de direito processual civil**. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 1990.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva, 2012.

Espanhol Instrumental

Instrumento de compreensão da língua espanhola: noções gramaticais básicas. Leitura e interpretação de textos relacionados à cultura espanhola e hispano-americana. Análise de textos relacionados com o MERCOSUL.

Bibliografia

Básica

ALADRÉN, María Del Carmen. **Español actual**. 3. ed. Porto Alegre: Editora Sagra-Luzzatto, 1988.

CALATRAVA, Santiago Rubert Miravet. **Gramática Española**. 3. ed. Porto Alegre: Editora Sagra-Luzzatto, 1994.

HERMOSO, A. González et al. **Gramática de Español** – Lengua extranjera. 3. ed. Madrid: Edelsa, 2010.

Complementar

ALMOYNA, Julio Martínez. **Dicionário Brasileiro: Espanhol – Português. Português – Espanhol**. 2. ed. São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2000.

SECO, Manuel. **Gramática Esencial de la Lengua Española de Manuel Seco Madrid: Espasa Plus**. Madri: Espasa Editorial, 1991.

ALVES, Adda-Nari M., MELLO, Angélica. **Mucho** – Español para brasileños. São Paulo: Moderna, 2001.

HERMOSO, A. Gonzáles; CUENOT, J. R.; ALFARRO, M. Sanches. **Gramática de español língua extranjera** – normas, recursos para la comunicación. 3. ed. Madrid: Edelsa, 1995.

HERMOSO, A. Gonzáles; ALFARRO, M. Sanches. **Español língua extranjera** – curso práctica nível 1. 2. ed. Madrid: Edelsa, 1995.

Inglês Instrumental

Revisão e desenvolvimento de estruturas gramaticais. Leitura, escrita e interpretação de textos na Língua Inglesa. Vocabulário técnico.

Bibliografia

Básica

CRUZ, Décio Cruz. **Inglês com textos para informática**. Salvador: O Autor, 2001.

GALLO, Ligia Razera. **Inglês Instrumental Para Informática** - Módulo1. São Paulo: Editora Ícone.

SAWAYA Márcia Regina. **Dicionário de Informática e Internet: Inglês/Português**. 3. ed. São Paulo: Editora Nobel, 2003.

Complementar

LIMA, Denílson de. **Gramática de uso da língua inglesa**. Rio de Janeiro: Campus, 2010

TORRES, Nelson. **Gramática prática da língua inglesa**. 9. ed. São Paulo: Saraiva 2002.

GALANTE, T. P.; Lazaro S. P. **Inglês básico para informática**. São Paulo: Atlas, 1994.

MARINOTTO, Demóstenes. **Reading on Info Tech: inglês para informática**. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2007.

TORRES, Nelson. **Gramática prática da língua inglesa**. 9. ed. São Paulo: Saraiva 2002.

Jurisprudência Civil

Estudo aplicado e sistematizado da jurisprudência dos tribunais pátrios em matéria civil e processual civil.

Bibliografia

Básica

Súmulas dos tribunais e repositórios autorizados de jurisprudência.

ALVIM, Angélica Arruda; ASSIS, Araken de; ALVIM, Eduardo Arruda; LEITE, George Salomão. **Comentários ao código de processo civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

BRASIL. Superior Tribunal Federal. **Súmulas do STF** (Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaSumula>)

Complementar

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Súmulas do Superior Tribunal de Justiça** / [organizada pela Comissão de Jurisprudência, Assessoria das Comissões Permanentes de Ministros]. Brasília: STJ, 2015. Disponível em <https://ww2.stj.jus.br/publicacaoainstitucional///index.php/Sml/article/view/3784/3905>

FREITAS, Juarez. **Comentários à jurisprudência do STF: direitos fundamentais e omissão inconstitucional**. Barueri, SP: Manole, 2012. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

PEREIRA, Alexandre Demetrius [et al.]. **Vade Mecum de Jurisprudência: STF e STJ**. São Paulo: Método, 2014. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

STRECK, Lenio Luiz [et al.]. **Hermenêutica e jurisprudência no Código de Processo Civil: coerência e integridade**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

SCHREIBER, Anderson. [et. al.] **Direito civil: diálogos entre a doutrina e a jurisprudência**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Novo código de processo civil anotado**. 21. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Jurisprudência Penal

Estudo aplicado e sistematizado da jurisprudência dos tribunais pátrios em matéria penal e processual penal.

Bibliografia

Básica

Súmulas dos tribunais e repositórios autorizados de jurisprudência.

ESTEFAM, André. **Direito penal esquematizado: parte geral**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

REALE JÚNIOR, Miguel (org.). **Direito Penal: jurisprudência em debate**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Complementar

Súmulas do STF (Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaSumula>)

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal: parte especial**. Vol. 2 a 5. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

DELMANTO, Roberto; DELMANTO JR., Roberto; DELMANTO, Fabio M. de Almeida. **Leis penais especiais comentadas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios Gonçalves; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Legislação penal especial esquematizado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte geral**. 19. ed. Niterói: Impetus, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de direito penal:** parte geral. Arts. 1º a 120 do Código Penal. V. 1. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Jurisprudência Trabalhista

Estudo aplicado e sistematizado da jurisprudência dos tribunais regionais do trabalho, do Tribunal Superior do Trabalho e do Supremo Tribunal Federal em matéria trabalhista.

Bibliografia

Básica

Súmulas do STF em matéria trabalhista, enunciados e repositórios autorizados de jurisprudência.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Repercussões no processo do trabalho.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

SUPERIOR TRIBUNAL FEDERAL. Súmulas do STF (Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaSumula>)

Complementar

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Índice de Súmulas. Disponível em <http://www.tst.jus.br/sumulas>.

BASILE, César Reinaldo Offa. **Processo do trabalho:** justiça do trabalho e dissídios trabalhistas. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

CARRION, Valentin. **Nova Jurisprudência em direito do trabalho.** São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2017. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

DINIZ, José Janguê Bezerra. **Recursos no processo trabalhista:** teoria, prática e jurisprudência. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. **Manual esquemático de direito e processo do trabalho.** 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Série IDP: Linha Doutrina). (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

SILVANO, Álvares Alcântara. **Legislação trabalhista e rotinas trabalhistas.** Curitiba: Intersaberes, 2016. (Biblioteca Virtual Pearson)

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

Os conceitos iniciais básicos sobre deficiência auditiva (surdez) e indivíduo surdo: identidade, cultura e educação. Como se desenvolvem as línguas de sinais e a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. A forma e a estruturação da gramática da LIBRAS e o

conjunto do seu vocabulário. Comunicação visual, baseada em regras gramaticais da Língua de Sinais e da cultura surda. Aspectos lingüísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como a fonologia, morfologia e sintaxe. Uso desta língua em contextos reais de comunicação.

Bibliografia

Básica

ALMEIDA, Elizabeth Crepaldi de; DU, Patrícia Moreira. **Atividades ilustradas em sinais das LIBRAS**. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

CAPOVILLA, Fernando César e RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Enciclopédia da língua de sinais brasileira: o mundo dos surdos em LIBRAS**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

Complementar

ALMEIDA, E.C. **Leitura e surdez: um estudo com adultos não oralizados**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

BOTELHO, Paula. **Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus, 2007.

SKLIAR, Carlos (Org.). **Atualidade da educação bilíngüe para surdos**. Vol. 1 - processos e projetos pedagógicos. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SCHNEIDER, Roseléia. **Educação de surdos: inclusão no ensino regular**. Passo Fundo: UPF, 2006.

Matemática Comercial e Financeira Aplicada ao Direito

Razão e proporção. Regra de três simples e composta. Percentagem. Juros. Descontos. Taxas. Séries de pagamentos. Anuidades e empréstimos. Sistemas de amortização. Indicadores econômicos, trabalhistas e fiscais. Cálculos financeiros aplicados na área jurídica.

Bibliografia

Básica

ALENCAR, Hermes Arrais. **Cálculo de benefícios previdenciários: regime geral de previdência social – teses revisionais – da teoria à prática**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

OLIVEIRA, Aristeu de. **Cálculos trabalhistas**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2017. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

SILVA, Sebastião Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da. SILVA, Ermes Medeiros da. **Matemática básica para cursos superiores**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Complementar

AZEVEDO, Gustavo Henrique W. de **Matemática financeira: princípios e aplicações**. São Paulo: Saraiva, 2015. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

DAL ZOT, Wili. CASTRO, Manuela Longoni de. **Matemática financeira: fundamentos e aplicações**. Porto Alegre: Bookman, 2015. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

OLIVEIRA, Gustavo Faria de. **Matemática financeira descomplicada: para os cursos de economia, administração e contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2013. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

PUCCHINI, Abelardo de Lima. **Matemática financeira: objetiva e aplicada**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

TOSI, Armando José. **Matemática financeira com ênfase em produtos bancários**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Organização Judiciária

Sistema judiciário brasileiro. Supremo Tribunal Federal. Súmula vinculante. Conselho Nacional de Justiça. Superior Tribunal de Justiça. Justiça Comum (Justiça Federal e Justiça Estadual). Justiça Especializada (Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral e Justiça Militar). Serviços auxiliares da justiça.

Bibliografia

Básica

DA SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 20. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

MARTINS, Sérgio Pinto. **Teoria geral do processo**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

Complementar

DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. **Direito processual constitucional**. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. **Curso de processo constitucional: controle de constitucionalidade e remédios constitucionais**. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

MESSA, Ana Flávia. **Direito constitucional**. 4. ed. São Paulo: Rideel, 2016. (Biblioteca Virtual Pearson)

MORAES, Alexandre. **Direito constitucional**. 33. ed. rev. e atual. até a EC nº 95, de 15 de dezembro de 2016. São Paulo: Atlas, 2017. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

PADILHA, Rodrigo Corrêa. **Manual de prática constitucional**. 7. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Método, 2017. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Processo Administrativo

Processo administrativo: definição, princípios e garantias. Procedimentos administrativos. Recursos.

Bibliografia

Básica

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 31. ed. São Paulo: Atlas, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

MEIRELLES, Hely Lopes; BURLE FILHO, José Emmanuel; BURLE, Carla Rosado. **Direito Administrativo Brasileiro**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

Complementar

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Processo administrativo federal: Comentários à Lei no 9.784, de 29.1.1999**. 5. ed. rev. ampl. e atual. até 31.3.2013. São Paulo: Atlas, 2013. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

GASPARINI, Diogenes. **Direito Administrativo**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

MEDAUAR, Odete. **Direito Administrativo Moderno**. 20. ed. São Paulo: RT, 2016.

MELLO, Celso Antonio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

NOHARA, Irene Patrícia; MARRARA, Thiago. **Processo administrativo: Lei no 9.784/99 comentada**. São Paulo: Atlas, 2009. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Relações Étnico-Raciais e Afrodescendência

Formar uma consciência crítica em relação às questões étnico-raciais no Brasil. Estudar as principais correntes teóricas brasileiras acerca do tema de afro-descendência e relações étnico-raciais.

Bibliografia

Básica

AMARO, Sarita. **Racismo, igualdade racial e políticas de ações afirmativas no Brasil**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2015. (Biblioteca Virtual Pearson)

MICHALISZYN, Mario Sergio. **Relações étnico-raciais para o ensino da identidade e da diversidade cultural brasileira**. Curitiba, PR: InterSaberes, 2014. (Biblioteca Virtual Pearson)

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 3. ed. 1. reimp. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora, 2012. (Biblioteca Virtual Pearson)

Complementar

GOMES, Flávio Gomes; DOMINGUES, Petrônio. **Políticas de raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo, SP: Selo Negro Edições, 2014. (Biblioteca Virtual Pearson)

MONDAINI, Marco. **Direitos humanos no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto, 2009. (Biblioteca Virtual Pearson)

OLIVEIRA, Sidney de Paula. **O Estatuto da Igualdade Racial**. São Paulo, SP: Selo Negro, 2013. (Biblioteca Virtual Pearson)

PINSKY, Jaime. **A escravidão no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto, 2010 (Biblioteca Virtual Pearson)

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Identidade nacional e modernidade nacional: o diálogo entre Silvio Romero, Euclídes da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007. (Biblioteca Virtual Pearson)

Responsabilidade Civil

Teoria da culpa. Responsabilidade contratual. Responsabilidade extracontratual: fundamentos, espécies, caracterização. Responsabilidade objetiva: teorias. O dano e sua liquidação.

Bibliografia

Básica

BRAGA NETO, Felipe Peixoto **Novo tratado de responsabilidade civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

COSTA, André Brandão Nery. **Responsabilidade civil de profissionais liberais**. Rio de Janeiro: Forense, 2016. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

TARTUCE, Flávio. **Manual de responsabilidade civil: volume único**. São Paulo: Método, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Complementar

BITTAR, Carlos Alberto. **Reparação civil por danos morais**. 4. ed. rev. aum. e mod. São Paulo: Saraiva, 2015. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

BORJES, Isabel Cristina Porto. **Responsabilidade civil e nanotecnologias**. São Paulo: Atlas, 2014. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

DONIZETTI, Elpídio; QUINTELLA, Felipe. **Curso didático de direito civil**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

PAESANI, Liliana Minardi. **Direito e Internet: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

SILVA, Rafael Peteffi da. **Responsabilidade civil pela perda de uma chance: uma análise do direito comparado e brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Temas Emergentes de Direito

Temas propostos de acordo com o interesse e conveniência determinados pela realidade jurídica vivida no momento do oferecimento da disciplina.

Bibliografia

Básica

BELLO, Enzo. **Ensaio crítico sobre direitos humanos e constitucionalismo**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012. (Biblioteca Virtual Pearson)

CHAVES, Silvia Fernandes. **A vulnerabilidade e a hipossuficiência do consumir nas contratações eletrônicas**. Barueri, SP: Manole, 2015. (Biblioteca Virtual Pearson).

GLÁUCIA, Cristiane Regina Ruiz; TITTANEGRO, Rira. **Bioética: uma diversidade temática**. 1. ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2007. (Biblioteca Virtual Pearson).

Complementar

AVRITZER, Leonardo (org.) **O constitucionalismo democrático latino-americano em debate: soberania, separação de poderes e sistemas de direitos**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2017. (Biblioteca Virtual Pearson).

BITTAR, Eduardo C.B. **Ética, educação, cidadania e direitos humanos: estudos filosóficos entre cosmopolitismo e responsabilidade social**. Barueri: Manole, 2004.

BORGES, Rosa Maria Zaia; AMARAL, Augusto Jobim do; PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima (orgs). **Direitos humanos e terrorismo**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2014.

Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Pdf/978-85-397-0488-0.pdf>

BRAUNER, Maria Claudia Crespo; DURANTE, Vincenzo (orgs.) **Ética ambiental e bioética: proteção jurídica da biodiversidade**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012. (Biblioteca Virtual Pearson).

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Tópicos Especiais de Direito Comercial

Objetiva estudo, atualização e reflexão sobre determinado tema. Conteúdo variável, de acordo com as exigências da realidade nacional no momento em que for ofertada a disciplina.

Bibliografia

Básica

COELHO, Fábio Ulhôa. **Tratado de direito comercial: falência, recuperação de empresas e direito marítimo**. São Paulo: Saraiva, 2015. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

GOMES, Fábio Bellote. **Manual de Direito Comercial: de acordo com a nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas**. 2. ed. rev. ampl. e atual. Barueri-SP: Manole. 2007. (Biblioteca Virtual Pearson)

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Empresarial**. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Complementar

AYOUB, Luiz Roberto; CAVALLI, Cássio. **A construção jurisprudencial da recuperação judicial de empresas**. 3. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

GOUVÊA, João Bosco Cascardo de. **Recuperação e falência: lei no 11.101/2005: comentários artigo por artigo**. Rio de Janeiro: Forense, 2009. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

MENEZES, Mauricio Moreira Mendonça de. **O poder de controle nas companhias em recuperação judicial**. Rio de Janeiro: Forense, 2012. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

SALOMÃO, Luis Felipe. SANTOS, Paulo Penalva. **Recuperação judicial, extrajudicial e falência: teoria e prática**. 3. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

SIQUEIRA, Julio Cesar Teixeira de. **Recuperação judicial de empresas médias e pequenas: guia prático para o credor e o devedor**. São Paulo: Trevisan Editora, 2016. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Tópicos Especiais de Direito do Trabalho e Social

Objetiva estudo, atualização e reflexão sobre determinado tema. Conteúdo variável, de acordo com as exigências da realidade nacional no momento em que for ofertada a disciplina.

Bibliografia

Básica

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito do trabalho**. 9. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

PIPEK, Arnaldo; DUTRA, Alexandre Lauria; MAGANO, Isabella. **Reforma Trabalhista**. São Paulo: Blucher, 2017. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

RENZETTI, Rogério. **Direito do trabalho**. 4. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Método, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Complementar

AD, Eduardo Gabriel. **CLT Comentada**. 33. ed. São Paulo: LTR, 2017. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

SOUZA Júnior, Antonio Umberto de. **O novo direito do trabalho doméstico – De acordo com a Lei Complementar n. 150/2015**. São Paulo: Saraiva, 2015. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

CARRION, Valentin. **Nova Jurisprudência em direito do trabalho**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2017. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

CASSAR, Vólia Bomfim. **Resumo de direito do trabalho** 6. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Método, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

WEIGAND Neto, Rodolfo Carlos. **Reforma trabalhista: impacto no cotidiano das empresas**. São Paulo: Trevisan Editora, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Tutela dos Direitos e Interesses Supra-Individuais

Direitos individuais e coletivos: conceito, diferenciação, classificação. Tutela constitucional e processual dos direitos individuais e coletivos. Legitimação extraordinária. Coisa julgada nas ações coletivas.

Bibliografia

Básica

FENSTERSEIFER, Tiago. **Defensoria pública, direitos fundamentais e ação civil pública: a tutela coletiva dos direitos fundamentais (liberais, sociais e ecológicos) dos indivíduos e grupos sociais necessitados**. São Paulo: Saraiva, 2015. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

SOUZA, Motaury Ciocchetti de. **Interesses difusos em espécie**: direito ambiental, direito do consumidor e probidade administrativa. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Complementar

MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto. **Ensaio de direito privado e social**: contratos, meio ambiente e tutela coletiva. São Paulo: Saraiva, 2015. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

MENDES, Laura Schertel. **Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor**: linhas gerais de um novo direito fundamental. São Paulo: Saraiva, 2014. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

NUNES, Rizzatto. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**: doutrina e jurisprudência. 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. 5. ed. São Paulo: Método, 2019. (Biblioteca Virtual Minha Biblioteca)

Direito Eleitoral

Disposições Gerais. Da Justiça Eleitoral. Da Representação Política. Dos Sistemas Eleitorais. Dos Direitos Políticos. A legislação brasileira sobre o tema. Da Elegibilidade e Inelegibilidade. Das Coligações. Das Convenções para a escolha de candidatos. Do Registro de candidatos. Da arrecadação e da aplicação de recursos nas Campanhas Eleitorais. Da Prestação de Contas. Das Pesquisas e Testes Pré-Eleitorais. Da Propaganda Eleitoral. Do Direito de Resposta. Das Mesas Receptoras. Da fiscalização das Eleições. Das Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Campanhas Eleitorais. Dos procedimentos sancionadores do abuso de poder. Dos Recursos em matéria Eleitoral.

Bibliografia

Básica

GOMES, José J. **Direito Eleitoral**. Disponível em: Minha Biblioteca, 18ª ed. Grupo GEN, 2022.

VASCONCELOS, Clever; SILVA, Marco Antonio da. **Direito eleitoral**. Disponível em: Minha Biblioteca, 2ª ed. Editora Saraiva, 2020.

BUCCI, Daniela. **Direito Eleitoral e Liberdade de Expressão**. Disponível em: Minha Biblioteca, (2nd edição). Grupo Almedina, 2018. FILHO, Marino P. **Lei de Inelegibilidade Comentada: Legislação e Jurisprudência Atualizadas, Leis da Ficha Limpa e da Minirreforma Eleitoral**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2019.

Complementar

MESSA, Ana, F. et al. **Transparência eleitoral**. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2019.

VELLOSO, Carlos Mário; AGRA, Walber de Moura. **Direito eleitoral - crimes eleitorais**. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2020.

VELLOSO, Carlos Mário; AGRA, Walber de Moura. **Direito eleitoral - propaganda eleitoral**. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Saraiva, 2020.

Componentes curriculares optativos

As disciplinas opcionais devem ser integralizadas durante o Curso. Têm por objetivo permitir ao estudante a liberdade para escolha de assuntos de seu interesse. São consideradas como opcionais para o Curso o elenco das disciplinas oferecidas a cada semestre compatíveis com a disponibilidade de horário do estudante, e que forem de interesse para a sua formação.

Os estudantes que cursarem disciplinas extracurriculares poderão solicitar a inclusão da carga horária da disciplina cursada como optativa, desde que haja concordância do Coordenador do Curso.

Em entendimento ao Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005, será oferecida semestralmente, a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como optativa.

Estágio curricular supervisionado

O estágio supervisionado é um período obrigatório de ensino-aprendizagem com características especiais, durante o qual o estudante deve receber treinamento intensivo, contínuo, sob supervisão docente.

Em consonância com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, a IES apresenta no Projeto Pedagógico dos Cursos de Graduação, Pós-Graduação e Tecnólogos a prática de Estágios, nas modalidades obrigatório e não-obrigatório. Sendo:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. (LEI Nº 11.788, DE 25 DE SETEMBRO DE 2008)

No estágio supervisionado, o estudante aprenderá com a experiência, aplicando os conhecimentos adquiridos nos anos anteriores, procurando e incorporando novos conhecimentos necessários, desenvolvendo as habilidades e atitudes. Há que se desenvolver a capacidade de trabalhar em equipe multiprofissional e interdisciplinar, promovendo o compartilhamento de informações. Paralelamente, deve-se entender o “cenário” onde a prática se dá, a sua organização, o acesso ao serviço, o processo de trabalho, o uso racional de tecnologia e educação.

O ensino/aprendizagem centrado no estudante torna-os mais ativos, independentes, criativos, pensadores críticos, cooperativos (não apenas competitivos), capazes de avaliar os seus progressos, com desenvolvimento de boa capacidade de comunicação, relacionamento interpessoal, atitudes, hábitos e técnicas para sua educação permanente ao longo da vida profissional.

As competências do profissional se explicitam no desempenho de tarefas pertinentes à profissão, nos diferentes cenários de trabalho, nos quais elas são realizadas. É no desenvolvimento das tarefas do dia-a-dia que o estudante irá adquirir e aprimorar as competências necessárias para o exercício profissional.

Atividades Complementares

As atividades complementares, de acordo com a Resolução Nº 2, de 18 de junho de 2007 que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, conferem ao Curso certa flexibilidade na medida em que possibilitam ao acadêmico a ampliação dos conhecimentos ao longo do Curso. As atividades complementares referem-se ao aproveitamento de diversas atividades efetuadas pelo acadêmico para fins de cumprimento de currículo. Em síntese, consistem em atividades que não se restringem apenas aos

componentes curriculares contidas no currículo do Curso, mas às atividades das quais o aluno participa fora do espaço da sala de aula e que fazem parte de sua formação acadêmica.

As atividades complementares, conforme Regulamento das Atividades Complementares dos Cursos do Ensino Superior do Centro Universitário IDEAU, deverão ser realizadas pelo acadêmico somente após o ingresso no Curso. O acadêmico poderá realizá-las dentro e/ou fora da Instituição, de acordo com suas necessidades.

O registro das atividades curriculares complementares, para efeitos de integralização curricular, será efetuado pela Coordenação de Curso, conforme regulamentação.

O Curso e o Centro Universitário IDEAU devem promover diversas atividades que possam ser computadas como atividades curriculares complementares, tais como: componentes curriculares realizados em outros cursos; monitorias; cursos de língua estrangeira; experiência docente; estágios extracurriculares; projetos de iniciação científica; participação em eventos científicos; projeto de pesquisa extracurricular; publicações em revistas científicas; publicações em jornais, revistas e outros espaços sobre matérias pertinentes ao Curso e que tenham relevância e importância ao processo de formação do acadêmico; cursos realizados em áreas afins; Semana Acadêmica: evento de dimensão regional em que são discutidas temáticas pertinentes ao Curso; projeto de extensão; atuação como voluntariado; outras, desde que aprovadas pelo Colegiado de Curso.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC tem como objetivo permitir ao futuro profissional um maior aprimoramento em uma determinada área do Curso. Essa atividade permite uma avaliação de caráter específico similar as que o estudante estará submetido em sua carreira profissional, desenvolvendo e ampliando as mais diversas habilidades necessárias a formação do profissional.

A atividade deve ser orientada por um professor responsável pelo acompanhamento dos grupos, observando o andamento e marcando reuniões sempre que julgar necessário.

As normas do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC são descritas nos planos de curso da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, além de estarem disponibilizadas através de Manual *online* no Sistema de Gestão Educacional UNIMESTRE. Dessa forma o estudante pode agregar em um só trabalho parte do conhecimento teórico e prático adquirido ao longo das atividades acadêmicas.

O objetivo geral do Trabalho de Conclusão de Curso é propiciar aos alunos a possibilidade de demonstrar as aptidões adquiridas, estimular a produção científica do tema selecionado e aprimorar a capacidade de interpretação crítica da profissão, atendendo ao perfil do egresso desejado. Após concluídos, os Trabalhos de Conclusão de Curso ficam disponibilizados para consulta na Biblioteca da Instituição na forma impressa e digital.

Apoio ao discente

Como forma de proporcionar um atendimento de qualidade aos discentes, o Centro Universitário IDEAU dispõe de programas de atendimento ao discente:

- SAE (Serviço de Apoio ao Estudante): tem a gratificante missão de servir os alunos do IDEAU na busca para desenvolver suas competências (através de estágios, por exemplo), no encontro de alternativas que viabilizem financeiramente a conclusão do curso superior pretendido (FIES, BOLSIDEAU, PROUNI), bem como em incentivar seu desenvolvimento pessoal, tornando-o conciso e coerente com os rumos de sua própria história. Tal incentivo acontece através de um atendimento de apoio em situações problemáticas pessoais ou como forma de auxiliá-lo na procura de moradia, contando com uma docente para serviço de Orientação Pedagógica.
- Carreira IDEAU: A IES desenvolveu o projeto Carreira IDEAU, que funciona como um importante elo entre o mundo acadêmico e o mercado de trabalho. Visa atender as exigências das empresas, qualificando os alunos e tornando-os aptos e competentes ao trabalho, com vistas a prepará-los para enfrentar a competitividade do mercado e suas oportunidades. Funciona da seguinte forma: a empresa que tem alguma vaga disponível informa ao Carreira IDEAU, juntamente com uma ficha de solicitação, expondo as características e habilidades necessárias ao cargo. A partir daí, com acompanhamento de uma Psicóloga, são analisados os currículos do banco de dados, e são indicado para a empresa às pessoas com o perfil desejado, ficando a critério da empresa, se aprovados, a contratação e ou estágio dos alunos. A Psicóloga atua também no acompanhamento e atendimento aos discentes.
- Projeto de Nivelamento: A IES propõe aos acadêmicos de todos os cursos atividades de nivelamento nas disciplinas de Informática, Língua Portuguesa e Matemática.
- Atividades complementares e de participação em centros acadêmicos e intercâmbios: A IES proporciona aos alunos atividades complementares como: palestras, semana acadêmica, Revistas Eletrônicas, Mostra de Iniciação Científica, Mostra de Inovação e Tecnologia e

eventos culturais. Os alunos poderão, através do Projeto Ciência sem Fronteiras, se candidatarem a uma vaga para cursar a sua Graduação Sanduíche no exterior. Além disso, a IES possui convênios com Instituições no exterior para que seus acadêmicos possam realizar intercâmbio.

Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso

Para que o processo de avaliação seja essencialmente pedagógico e que aconteça de forma integrada e com significados e construções educativas, a Instituição, além da instância que possibilita a troca e interação entre todo o corpo docente ao realizar reuniões pedagógicas bimestrais (em horário para isso previamente estabelecido), tem também reuniões semestrais para o planejamento de atividades pedagógicas específicas para cada curso. Nesse convívio de troca e interação, articulam-se, de acordo com as necessidades sentidas pelos próprios docentes dos diferentes cursos, discussões dos planos de cursos e ementas de maneira interdisciplinar, com vistas a evitar um currículo desconexo e superposto.

Avaliação interna

A IES tem implantado um programa de Avaliação Institucional que realiza avaliações do serviço da Instituição e em especial do desenvolvimento do ensino, a partir do qual tem sido possível o desenvolvimento de cursos e atividades que buscam a superação das deficiências apontadas.

Os dados dos questionários aplicados são tabulados e devidamente analisados pela CPA e pelos coordenadores, e os resultados da análise de cada disciplina são divulgados aos professores do Curso e manifestados em relatórios periódicos cujo objetivo é auxiliar o professor em suas atividades didático-pedagógicas.

A Avaliação Institucional permite a estruturação futura de um programa permanente de capacitação que oferece cursos a professores em temáticas como: metodologia de ensino, dinâmica de grupo, utilização de técnicas didáticas diversificadas, etc.

Seu objetivo precípua é identificar, periodicamente, os êxitos e pontos vulneráveis da Instituição, cujos resultados oportunizam decisões importantes para:

- A qualidade de ensino;
- O desempenho dos seus professores;
- O perfil sócio-econômico da clientela;

- A infraestrutura física e de equipamentos.

Avaliação externa

A avaliação das condições de oferta de cursos de graduação é uma ação da Secretaria de Educação Superior (SESu) que visa avaliar, de acordo com o disposto na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996, e Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, in loco, cada um dos cursos de graduação, com relação à qualificação de seu corpo docente, à sua organização didático-pedagógica e a suas instalações, tanto as físicas em geral, quanto as especiais, tais como laboratórios, equipamentos e bibliotecas.

A avaliação periódica dos cursos e Instituições de Ensino Superior, como determina a legislação, deve utilizar-se de procedimentos e critérios abrangentes com relação aos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Avaliação do projeto do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso precisa ser avaliado periodicamente para redirecionar rumos e efetuar as correções que se fizerem necessárias. A avaliação deve ter caráter informativo, ou seja, prestar-se para a tomada de decisões estratégicas e operacionais, sendo discutidas e analisadas ações que possam melhorar continuamente o Curso. Para tanto deve envolver a Instituição através do Colegiado de Curso, Coordenação, Núcleo Docente Estruturante, Corpo Docente e Discente e Comissão Própria de Avaliação - CPA.

Para que haja uma avaliação efetiva são realizadas reuniões periódicas com os agentes do processo de ensino-aprendizagem, visando a avaliação do Projeto Pedagógico do Curso - PPC e a realização de trabalhos de pesquisa com acadêmicos e egressos para coleta de informações que subsidiem a tomada de decisão e possibilitem o aperfeiçoamento do ensino-aprendizagem do Curso. Assim, a avaliação do Projeto do Curso é realizada pela Câmara de Ensino, Colegiado do Curso e Núcleo Docente Estruturante, sendo analisados os resultados obtidos com a Avaliação Institucional que é realizada pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, onde os discentes e docentes têm a oportunidade de manifestar suas opiniões acerca do Curso. Na Avaliação Institucional são avaliadas várias dimensões, tais como: qualidade do ensino, condições ambientais, infraestrutura, atendimento dos serviços administrativos,

conceituação global, desenvolvimento institucional, a Instituição e o acadêmico, a Instituição e a sociedade, autoavaliação entre outros. A Comissão Própria de Avaliação – CPA aplica a avaliação, faz a análise da mesma e retorna o resultado obtido para toda a sociedade acadêmica e civil organizada.

Com os resultados da avaliação é possível ter uma visão geral de como está à aceitação dos discentes com relação ao Curso oferecido. Outro mecanismo considerado para a avaliação do projeto do Curso é o resultado das provas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE. Com a divulgação dos resultados do ENADE a Coordenação pode avaliar as notas obtidas pelos alunos fazendo um comparativo com as disciplinas e ementas do Curso. Caso necessário o projeto será readequado.

Melhorias e ajustes no Projeto do Curso são feitos sempre que necessário, visando atender não só a legislação vigente, mas também com o objetivo de propiciar melhores condições de ensino-aprendizagem. Esses ajustes são efetuados com base nos resultados das avaliações internas e externas, bem como a partir o desenvolvimento do conhecimento promovido na área, adequando ementas e bibliografias.

Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem

Na IES a avaliação está intimamente relacionada à melhoria da qualidade. Nesse aspecto, a avaliação é compreendida como um elemento capaz de contribuir para a formação de seus acadêmicos, para as práticas de seus docentes e para o aperfeiçoamento de seus cursos de graduação.

Desse modo, a avaliação se torna um auxílio para clarificar os objetivos significativos e as metas educacionais, um processo para determinar em que medida os envolvidos no processo educativo estão se desenvolvendo e especialmente, um sistema de acompanhamento da qualidade do Curso no sentido que possibilita efetuar as mudanças necessárias para a efetividade do processo educativo.

Apesar de a avaliação poder exercer múltiplas funções, a função principal da avaliação é a função formativa, através da qual é possível constatar se o desenvolvimento das atividades educativas é capaz de atingir os objetivos pretendidos. Por meio desta avaliação, professores e alunos passam a conhecer seus erros e acertos, o que acaba por orientar tanto o estudo do aluno quanto o trabalho do professor.

Como parte de uma proposta educacional mais ampla, expressa a partir da concepção de educação e do processo de ensino e de aprendizagem do Curso, a avaliação insere-se na

liberdade acadêmica de forma a preservar e estimular a autonomia intelectual dos professores e concedendo ao estudante – um adulto – a responsabilidade sobre si mesmo, co-responsabilizando a ambos pelo processo educativo realizado. Desta forma, os princípios apresentados abaixo são indicações de caminhos, sinalizações do norte a ser perseguido pelo Curso. Além destes, deve-se atender ao disposto no Regimento Geral do Centro Universitário IDEAU:

- A avaliação é parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem não um amontoado de informações construídas externamente ao curso/disciplina;
- Vincula-se diretamente aos objetivos do Curso e da disciplina;
- Deve ser contínua, não ocorrendo somente depois da transmissão dos conteúdos, mas durante o processo como um todo;
- Dinamismo, participação, sistematicidade e objetividade constituem-se em características da avaliação;
- Deve envolver os diversos domínios da aprendizagem e requer observação e registro sistemáticos;
- Envolve também o julgamento dos alunos, uma vez que o processo como um todo e todos os envolvidos são elementos a serem avaliados;
- Precisa levar em conta as especificidades de cada disciplina, atendendo à diversidade de instrumentos de avaliação;
- Os critérios de avaliação, bem como os instrumentos, devem estar claramente definidos para professores e alunos;
- Levando-se em conta as características do Curso, devem ser privilegiados instrumentos de avaliação que possibilitem a articulação teoria/prática, a aplicação dos conhecimentos em situações reais e a resolução de problemas vinculados ao mundo do trabalho;
- A elaboração dos instrumentos e a definição dos critérios de avaliação devem estar diretamente vinculadas às competências e habilidades do perfil do egresso do Curso;
- Na avaliação de desempenho do acadêmico se levarão em conta, especialmente, as competências e habilidades resultantes do processo de ensino e de aprendizagem e não a memorização e acúmulo de teorias, conteúdos e conhecimentos.

A avaliação dos alunos acontecerá da seguinte forma:

- Avaliação por disciplina (peso 7,5):

Na avaliação por disciplina, são considerados 2 provas parciais por semestre, e o professor pode se valer além das duas provas de trabalhos de pesquisa, seminários, para

avaliar o discente; 1 Prova Interdisciplinar, com peso 10 que aborda todas as disciplinas do semestre, com questões no modelo ENADE visando avaliar a capacidade de integração dos conteúdos e resolução de problemas, bem como interpretação e raciocínio crítico; e 1 Projeto de Aperfeiçoamento Teórico e Prático, o qual permite a avaliação de várias habilidades e competência dos estudantes, desde a assimilação dos conteúdos, desenvolvimento de atividades práticas, trabalho em equipe, tomada de decisão, comprometimento, resolução de problemas, dicção e oratória, escrita científica, entre outros. Este projeto tem peso 10 (sendo computados 2 pontos o processo de construção (desenvolvimento do trabalho) 3 pontos para a parte escrita, 3 pontos para a apresentação oral, 1 ponto para o cumprimento dos prazos e 1 ponto de “avaliação 360°” que são notas atribuídas pelo estudante para ele mesmo e para os colegas de grupo), conforme fichas de avaliação contidas nos anexos I e II deste Projeto de Curso.

As notas têm valores entre ZERO e DEZ, obrigatoriamente, admitindo-se frações de 0,1 ponto. As avaliações serão realizadas nos horários de aula em dias normais de atividades acadêmicas.

O aluno que, durante o semestre, apresentar desempenho na disciplina acima da média, ou seja, igual ou superior a 7,5 (sete vírgula cinco) estará dispensado da avaliação final das disciplinas.

Exame Final: se o aluno não obtiver a média 7,5, mas conseguir uma média mínima não inferior 4 (quatro) das avaliações ocorridas no semestre, deverá então fazer exame final.

A nota mínima no exame final, para efeito de aprovação, é de 5 (cinco), bem como a média final de aprovação, para os casos em que o aluno fizer as três provas.

Assim que, se o aluno não conseguir uma das médias referidas nos itens acima é considerado reprovado na respectiva disciplina. E, portanto, a reprovação pode ocorrer por insuficiência de frequência e de notas.

A frequência obrigatória é de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento).